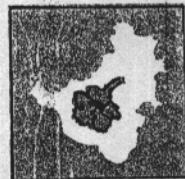


COLEÇÃO RECONQUISTA DO BRASIL (2ª Série)

Dirigida por Antonio Paím, Roque Spencer Maciel de Barros e Ruy Afonso da Costa Nunes. Diretor até o volume 92 Mário Guimarães Ferri (1918-1985)

VOL. 136



CAPA
CLAUDIO MARTINS

PASTA: 3
COPIAS: 22
R\$: 7,90



EDITORA ITATIAIA LIMITADA

Rua São Geraldo, 53 — Fone : 222-8630
Rua da Bahia, 902 — Fones : 224-5151 e 226-6997
Rua São Geraldo, 67 — PABX: 212-4600 e 222-7002

charles wagley

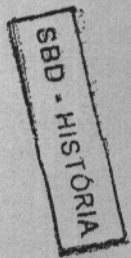
UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA

estudo do homem nos trópicos

Tradução de

• CLOTILDE DA SILVA COSTA

terceira edição



Editora Itatiaia Limitada
Editora da Universidade de São Paulo



1. o problema do homem dos trópicos

Este livro é o estudo de uma região e do modo de vida de seu povo. A região é a Amazônia brasileira, onde a fusão das culturas indígena-americana e portuguesa formou, no decorrer dos últimos três séculos, um modo de vida distintamente tropical. Num sentido mais amplo, o livro é um estudo da adaptação do homem ao ambiente tropical. É, também, o histórico de uma área "retrógrada" e subdesenvolvida.

O interesse pelas regiões do globo economicamente marginais, começa a despertar. Extensas áreas do globo, habitadas por povos

subnutridos, não-industriais, pareciam-nos, outrora, de pouca importância para o nosso próprio bem-estar. Mas, aos poucos, fomos compreendendo que a luta desses povos afetava todo o mundo. Em 1949 o presidente Truman revelou ao público o problema que constituem essas áreas, tanto para os povos que as habitam, como para aqueles mais afortunados que vivem nos países tecnicamente adiantados. "Mais de metade da população do mundo", declarou, "vive em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é insuficiente. São vítimas das doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. E a sua pobreza é um empecilho e uma ameaça, não só a eles próprios, como às áreas mais prósperas" (1).

Mas a melhoria da condição de vida desses povos não precisa, necessariamente, esperar por novos progressos científicos. A humanidade possui os conhecimentos técnicos, fruto do acúmulo das contribuições dos homens de várias nações no decorrer dos séculos, necessários para melhorar o seu quinhão. O problema consiste em estender os conhecimentos e as habilidades técnicas que parte do mundo já possui à outra metade que ainda não os tem. É este um dos problemas cruciais de nossos dias.

A maioria das áreas subdesenvolvidas está situada nas zonas tropicais e semitropicais, embora, é claro, os trópicos não detinham o monopólio da miséria. Mas as regiões tropicais da África, da Ásia, das ilhas do Pacífico, do Oriente Médio e das Américas, são em geral as mais retardadas do ponto de vista econômico. E são sobretudo as zonas tropicais, quentes e úmidas, como as da África Equatorial, da Bacia Amazônica e da Nova Guiné que, em contraste com as zonas tropicais quentes, mas áridas, têm proporcionado, até o presente, o clima menos favorável ao homem. Essas áreas tropicais, quentes e úmidas, cobrem cerca de 38 milhões de quilômetros quadrados da superfície da Terra e encerram uma população de cerca de 700 milhões de pessoas. Três quartas partes dessa população, entretanto, vivem na região tropical da Ásia, cuja superfície é de, apenas, 8 milhões de quilômetros quadrados. Com exceção da Ásia, por conseguinte, as áreas tropicais, quentes e úmidas, têm uma população relativamente esparsa. As regiões tropicais chuvosas da África, Oceania, Austrália e América encerram apenas 170 milhões de homens, em uma extensão total de cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados. Excetuando-se a Ásia, as regiões tropicais chuvosas têm, em média, de cinco a seis habitantes apenas por quilômetro quadrado, enquanto que

nos Estados Unidos, por exemplo, a média é de cerca de setenta habitantes por quilômetro quadrado (2). Essas áreas tropicais menos populosas, como o Vale da Amazônia, são, na realidade, fronteiras. Atraem nosso interesse, não só pela luta dos povos que as habitam, como também por seus recursos inexplorados, suas terras ainda virgens, e o potencial que encerram para futuras colonizações.

O Vale Amazônico, quase tão vasto como os Estados Unidos, é uma das mais extensas dessas fronteiras tropicais modernas e, talvez, a de população mais esparsa. A bacia fluvial formada pelo imenso rio Amazonas e seus numerosos tributários, atravessa seis nações da América do Sul — o Brasil, o Peru, a Bolívia, a Colômbia, o Equador e a Venezuela. A maior parte do grande Vale fica no Brasil. Toda a população da região amazônica brasileira — cerca de um milhão e meio de pessoas — fica perdida em uma área de três milhões de quilômetros quadrados. A população nessa região tem apenas a metade da densidade da população da Nova Guiné e encerra, por quilômetro quadrado, uma duodécima parte da população das áreas quentes e úmidas da África. Apesar da Amazônia brasileira só encerrar uma pequena parte dos povos "atrasados" da terra, seu território imenso, suas terras inexploradas e seus recursos desconhecidos ainda poderão um dia desempenhar papel importante na solução dos problemas mundiais decorrentes da fome e da miséria.

As condições atuais do Vale Amazônico qualificam-no, sem sombra de dúvida, como uma área subdesenvolvida. Aproximadamente 60 por cento das pessoas que habitam a Amazônia brasileira são analfabetos. Apesar da bioestatística da região ser confessadamente deficiente, demonstram os registros que, em 1941, das 1.000 crianças nascidas em Belém, capital do Estado amazônico do Pará, 189 morreram antes de atingir um ano de idade. Em Manaus, capital do Estado de Amazonas, situada no coração do Vale; o índice de mortalidade infantil era, naquele mesmo ano, 303 em 1.000. Em oito comunidades rurais do Estado do Pará em que se colheram dados estatísticos relativos a 1941, o índice de mortalidade infantil, no primeiro ano de vida, atingiu 304 em mil. Segundo as autoridades sanitárias, entretanto, esses dados são inferiores aos índices reais. O tifo que, nos Estados Unidos, no período de 1937 a 1941, foi responsável por apenas 1,3 mortes em 100.000 pessoas, atingiu em Manaus o índice de 28 em 100.000.

(1) Discurso de posse, pronunciado em 20 de janeiro de 1949.

(2) Cf. Pierre Gourou, *Les pays tropicaux*. Paris, 1948, pp. 5 e ss.

Nesse mesmo ano, em Manaus, a tuberculose causou 242,5 mortes em 100.000 pessoas, enquanto nos Estados Unidos esse índice era de 45,8; e a malária, uma doença pretensamente tropical, atingiu o índice de 334,9 em Manaus, no ano de 1941, sendo apenas 1,1 nos Estados Unidos. No entanto, as condições sanitárias dessa metrópole amazônica, em 1941, eram superiores às da maioria das pequenas comunidades do Vale.

Além disso, a população da Amazônia tem uma alimentação insuficiente. Um estudo da dieta das famílias dos operários de Belém, efetuado há alguns anos atrás, revelou que o consumo médio, diário, de alimentos, por pessoa, era equivalente a apenas 1.800 a 2.000 calorias. Embora a necessidade universal da criatura humana que executa trabalhos pesados seja calculada em 3.000 calorias, nos trópicos parece ser menor, tendo sido calculada em 2.400 calorias por um estudioso da dietética nos trópicos (3). Ainda assim, a dieta média das famílias de Belém, objeto do estudo, era deficiente em calorias e sobretudo em vitaminas e minerais. A impressão geral dos pesquisadores é de que o estado de deficiência alimentar, talvez mesmo de semi-inanição, predomina em todo o Vale.

A vida econômica do Vale é francamente "primitiva e estagnada". As técnicas agrícolas empregadas na Amazônia são em grande parte herdadas dos índios nativos — a técnica da "queimada" e da "derrubada e queimada". Em 1939, menos de meio por cento de toda a área do Estado do Pará era cultivada, segundo foi informado, e essa porcentagem é provavelmente um tanto ou quanto elevada para o Vale em geral. O transporte é efetuado por vagarosas embarcações fluviais que em sua maioria são movidas a carvão. Existem apenas uns 2.500 quilômetros de rodovias e cerca de 385 quilômetros de estradas de ferro em todo o Vale. A indústria é primitiva e quase inexistente. O comércio da região consiste basicamente em produtos florestais como borracha bruta, óleos vegetais, couros e madeiras tropicais. As instalações de utilidade pública, como esgotos, luz elétrica e água são insignificantes. Algumas pequenas cidades possuem luz elétrica e outras já mantiveram usinas elétricas que, entretanto, deixaram-se cair em desuso. Até bem recentemente só Belém e Manaus possuíam sistemas de águas e esgotos e, ainda assim, bastante antiquados. Em Belém, depois da segunda guerra mundial, os bondes deixaram de andar e a usina elétrica estava tão enfraquecida que a cidade era

mergulhada na escuridão total várias vezes durante a noite. Diante dessas condições é fácil de se compreender porque não cresceu a população da região amazônica do Brasil no período de 1920 a 1940, quando no país todo seus habitantes aumentaram 36 por cento. A população brasileira só é estática na região árida do Nordeste do Brasil, onde os padrões de vida são quase tão baixos quanto os da Amazônia.

A população esparsa, as péssimas condições sanitárias, os padrões de vida deploravelmente baixos e a ausência da indústria serão um indicio de que o ambiente da Amazônia é um obstáculo insuperável ao desenvolvimento? Em outras palavras, o ambiente tropical, quente e úmido, imporá limitações, ao desenvolvimento humano a ponto de tornar quase impossível o aumento do padrão de vida nessas regiões? Esta é uma questão decisiva para todas as regiões tropicais. Nas condições específicas da Amazônia, será esta uma fronteira que deverá ser habitada e desenvolvida em benefício da fome do mundo, ou estará ela fadada a ser para sempre o "deserto verde"? As opiniões sobre o potencial da Amazônia são desencontradas. Os pessimistas descrevem-na como um "inferno verde" e porque tantos sonhos grandiosos concentraram-se nessa região, foi ela chamada de "ópio verde". Nesse mesmo espírito um agrônomo declarou certa vez, em tom de brincadeira, que a única solução para os problemas do Vale Amazônico seria cercá-lo e remover aos poucos todos os seus habitantes. Contudo, homens vêm sonhando com grandes cidades, riquezas agrícolas e prósperas indústrias no imenso Vale. Um desses otimistas foi Alfred Russel Wallace, o famoso naturalista inglês que visitou a Amazônia no século dezanove. "Afirmando sem medo", escreveu com entusiasmo, "que esta floresta primitiva pode ser convertida em ricas pastagens, em campos cultivados, hortas e pomares com todas as variedades de produtos, à custa da metade do esforço e o que é mais importante, em menos da metade do tempo que seria necessário em nossa terra" (4). Poderíamos citar inúmeras opiniões semelhantes, tanto a favor como contra a Amazônia, pois os escritores, quer de um lado, quer de outro, sempre foram eloquentes.

Nos últimos anos, a escola pessimista encontrou apoio para suas idéias sobre o futuro da Bacia Amazônica em dados científicos que procuravam provar a maior prevalência das doenças nos

(3) Josué de Castro, *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, 1946, p. 67.

(4) *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro*. Londres, 1853, pp. 334-335.

tropicais, sinais de retardamento do crescimento humano, causado pelo calor excessivo, a qualidade inferior do solo tropical e outras supostas barreiras ao bem estar do homem no ambiente tropical. Alguns escritores têm mesmo sustentado a tese de que não só esse ambiente tropical constitui uma barreira, mas que a própria vida nos trópicos leva à degeneração humana. Um destes extremistas é Ellsworth Huntington, que chegou ao absurdo de declarar que os ambientes tropicais provocam o "enfraquecimento da vontade" que se manifesta na falta da indústria, na embriaguez, no temperamento irascível, e na complacência sexual (5). Ainda outros extremistas apegam-se aos argumentos raciais. Esses "raças tropicais" alegam que os climas tropicais só podem ser habitados pelas raças de pigmentação escura, isto é, os negros, os mongóis ou as misturas destas raças com os caucásios. Essas raças ou misturas mais escuras, dizem eles, são inferiores aos brancos europeus, razão porque as regiões tropicais estão condenadas a um nível mais baixo de desenvolvimento cultural. Segundo essas teorias a miscigenação entre os brancos, que lhes é imposta pela necessidade de sobreviver, diminui sua potencialidade cultural.

A pele mais escura pode bem constituir um fator positivo para a aclimação aos trópicos, assim como a pele mais clara para as regiões nórdicas, pois que a pigmentação escura parece servir de proteção aos raios solares. A distribuição das três principais espécies raciais no ano de 1500 parece indicar que, no decorrer de muitos séculos, esses fatores realmente atuaram; mas não existe qualquer evidência de que a pigmentação tenha jamais constituído uma verdadeira barreira à aclimação a qualquer clima habitável de que se tenha conhecimento. O mais nórdico de todos os povos, os esquimós, são mongoloides; o negro americano adaptou-se muito bem ao Norte dos Estados Unidos; e brancos europeus vivem no Norte de Queensland e na Zona do Panamá, para citar apenas dois exemplos, sem qualquer sinal de degenerescência de importância funcional (6). Mais importante, entretanto, é o fato de que todas as pesquisas da antropologia e ciências correlatas, até hoje realizadas, demonstraram que todos os grupos raciais e todas as misturas de grupos raciais têm a mesma capacidade para a conquista da cultura. Em outras palavras, todos os homens são membros da mesma espécie e têm aproximadamente a mesma

(5) *Civilization and Climate*, 3.ª edição. Nova York, 1939, pp. 68 e ss.

(6) Vide Grenfell Price, "White Settlers in the Tropics", Nova York, *Geographic Society Publication*, N.º 23, 1939, pp. 52 e segs. e pp. 146 e segs.

inteligência nativa e a mesma capacidade para atingir um padrão de vida mais alto. Aqueles que proclamam o perigo da mistura racial e das barreiras sociais para o desenvolvimento cultural, nos trópicos ou em outras regiões, estão simplesmente fazendo uma perigosa propaganda social.

O que dizer dos efeitos enervantes do calor constante sobre o homem? O homem é, sem dúvida, de todos os animais, o que mais se adapta às variações de temperatura. Isto não é unicamente devido ao fato de ser ele uma criatura de sangue quente, vantagem que compartilha com outros mamíferos, mas também porque é um animal passível de cultura. Graças ao emprego de vários meios culturais, tornou-se capaz de viver em todos os climas conhecidos. As roupas e o fogo tornaram habitáveis os climas árticos. O homem cria a proteção contra o calor causticante do sol tropical: anda seminu ou com uma capa protetora e adapta seus hábitos às temperaturas elevadas. Do dia para a noite, sem necessidade de se gastarem séculos na modificação física da espécie, o homem pode adotar uma vestimenta externa, branca, como a dos indianos, que reduz a cerca de dois terços a absorção das irradiações solares (7). Além do mais, a ausência de cabelo e pelos no corpo faz com que o homem seja, entre os mamíferos, o mais adaptável ao calor; possui uma superfície respiratória maior do que a dos demais mamíferos — um mecanismo que permite ao corpo eliminar o excesso de calor e ajustar-se à temperatura.

Os climas quentes e úmidos parecem, contudo, ter dado mais trabalho ao homem do que os temperados, apesar de sua extraordinária adaptabilidade física e cultural. Nas temperaturas quentes e úmidas é mais difícil a eliminação do excesso de calor do corpo. Depois de uma prolongada exposição ao calor, a temperatura normal do corpo só pode ser mantida por meio de uma compensação interna, por uma redução da combustão celular e da atividade das glândulas endócrinas. Além do mais, as temperaturas elevadas parecem exigir um consumo maior de vitamina B (principalmente tiamina, ácido pantotênico e piridoxina); entretanto, os alimentos ricos como as grandes fontes dessas vitaminas, como a carne de porco magra, nas regiões tropicais contém apenas a metade da porcentagem que apresentam nas zonas temperadas. Assim, a dificuldade parece ser dupla: há maior necessidade de vitamina B, mas, nos trópicos, os alimentos contêm uma porcentagem menor

(7) V. Gladwin THOMAS, "Climate and Anthropology", *American Anthropologist*, vol. 49, n.º 4, parte I, 1947, p. 605.

desse elemento do que nas demais regiões. Essas dificuldades fisiológicas parecem provocar o retardamento do crescimento e da maturidade sexual — pelo menos foi o que provaram as experiências realizadas com animais e existe um estudo que parece demonstrar que o mesmo acontece com o homem (8).

As melhores condições de vida, nos trópicos, talvez sejam as do Panamá, onde os trabalhadores do canal comem alimentos importados, onde as doenças tropicais e parasitárias foram reduzidas ao mínimo e as condições de habitação são boas. Averiguou-se que os "americanos nascidos no Panamá são cerca de 10% mais pesados e 3% mais altos do que os panamenhos da mesma idade; são também cerca de 3% mais leves e ligeiramente mais baixos (menos de 1 polegada aos 17 anos de idade) do que as crianças nascidas nos Estados Unidos e que viveram menos de um ano na zona do Panamá" (9). Foi também demonstrado que a maturidade sexual das meninas verificava-se um ano mais tarde no Panamá do que em Richmond ou Cincinnati — o que contrasta com a crença comum da maturação precoce nos trópicos. A diferença que existe entre panamenhos e americanos nascidos no Panamá pode ser explicada pela estatura média mais baixa da linhagem ancestral e pela qualidade inferior da alimentação dos panamenhos. Entretanto, a diferença entre o americano nascido nos Estados Unidos e o americano nascido no Panamá, por menor que seja, parece indicar que, como no caso dos animais submetidos a experiências, no homem, "nas condições de vida dos trópicos, verifica-se uma redução de crescimento e desenvolvimento que seria ideal se não fosse o calor tropical" (10).

Poderíamos perguntar, entretanto, que importância tem a menor estatura para a adaptação do homem ao ambiente tropical. Apesar da qualidade inferior da dieta e das suas condições de vida, os meninos panamenhos, aos 17 anos de idade, eram, em média, apenas 8 centímetros mais baixos, e 7,8 quilos mais leves do que os americanos que viveram no Panamá menos de um ano. Uma dieta equivalente e padrões de vida mais altos entre os panamenhos, forçosamente, reduziriam a diferença existente entre os meninos panamenhos e os americanos. Além disso, a altura

(8) C. A. Mills, "Climatic Effects on Growth and Development with Particular Reference to the Effects of Tropical Residence", *American Anthropologist*, vol. 44, n.º 1, 1942.

(9) *Ibid.*, p. 8.

(10) *Ibid.*, p. 12.

média dos meninos panamenhos aos dezessete anos era 1,67 metros — perfeitamente dentro dos limites de variação individual dessa mesma idade no grupo (latino) do Mediterrâneo que vive na zona temperada. Nem a altura, nem o peso do indivíduo têm qualquer correlação com a capacidade mental e a aquisição de cultura. Têm existido homens, excepcionalmente dominadores e energéticos, extremamente baixos ou excessivamente altos. Os egípcios, um povo que tem a seu crédito inúmeras contribuições culturais, eram sabidamente baixos e fisicamente leves. Todos os grupos raciais estão sujeitos a modificações deeerentes da influência do ambiente, como é o caso dos filhos de imigrantes nos Estados Unidos, que são mais altos do que seus pais. Essas modificações não têm qualquer correlação com suas aptidões culturais. A importância desses estudos da biologia tropical é ter demonstrado que o clima tropical, como qualquer outro clima, requer do homem certos engenhos e hábitos que facilitem a habitação humana e o desenvolvimento cultural. Parece estar provado, por exemplo, que, nos trópicos, o homem necessita ingerir menos calorías, uma dose diferente de vitaminas, vestimentas especiais para o proteger contra o sol e outros equipamentos apropriados, como os que usamos contra o frio.

O clima da Amazônia é, certamente, quente e úmido. No mapa, o equador parece cortar em duas essa área. Existem, entretanto, inúmeros conceitos errôneos sobre o clima da Amazônia. O calor não é insuportável. A temperatura média de Manaus é apenas 25,6°C e a máxima registrada nessa cidade durante um período de trinta anos foi 36,2°C — mais ou menos correspondente a uma onda de calor no verão novaiorquino, e nada inusitado no meio-oeste setentrional americano. A diferença da temperatura, durante o dia e a noite é, freqüentemente, de 9,44°C na Amazônia. Aliada a uma aragem constante, a temperatura mais baixa torra as noites bastante confortáveis. A unidade, entretanto, é grande; em Manaus é, em média, de 78 por cento. A unidade, e, talvez, a falta de variação de temperatura através das estações, são os aspectos mais desconfortáveis do clima. A diferença entre o mês "mais quente" e o mês "mais frio" é apenas de quatro graus. Para os habitantes da Amazônia as estações são marcadas mais pelo volume das chuvas do que pela variação da temperatura. Embora as chuvas sejam abundantes durante todo o ano, atingindo em média 2,03 metros nos rios mais altos e ligeiramente menos perto da costa, o período de janeiro a junho é a "estação chuvosa", chamada de "inverno". Durante esses meses chove quase

todos os dias e os rios transbordam. Os outros meses do ano formam a "estação seca" ou "verão". Durante o verão muitos são os dias sem chuva e esta, quando cai, é sob a forma de tempestades, rápidas e violentas. Durante esses meses baixa o nível das águas nos rios e secam as várzeas.

As estações tropicais da Amazônia, apesar da falta de contraste entre suas temperaturas, afetam tanto a vida do homem quanto as das zonas temperadas. Enquanto as temperaturas geladas do inverno, nas zonas temperadas, exigem o aquecimento das casas e roupas especiais, as chuvas constantes do inverno amazônico e a inundação das várzeas que cobrem os caminhos, impedem as pessoas de deixar os seus lares. A pesca não é rendosa durante esses meses e a borracha não pode ser extraída. O verão, ao contrário, é um período de atividade — de plantação, de produção de borracha, de pesca, de visitas e festas. Nas cidades as ruas são secas e nos distritos rurais os caminhos são transitáveis. Nos principais afluentes do rio Amazonas descobrem-se as praias de areia onde as tartarugas depositam os seus ovos. As expressões locais "verão" e "inverno" têm conotações análogas aos termos correspondentes usados nos climas temperados; referem-se às diferenças acentuadas do ciclo anual que quebram a monotonia da vida e às quais o homem associa suas diversas atividades. O clima da Amazônia tem as suas grandes desvantagens, mas, sob muitos aspectos, é melhor do que os grandes extremos de temperatura de várias áreas da América do Norte. O clima não é uma barreira impossível de se transportar.

Um dos mais fortes argumentos contra as regiões tropicais baseia-se na prevalência das doenças, principalmente as chamadas "doenças tropicais", que são consideradas o maior empecilho ao progresso daquelas áreas. O fato de conterem as zonas quentes e úmidas, não só grande parte das moléstias comuns às zonas temperadas, como também uma série de doenças locais, é considerado um obstáculo intransponível. A leishmaniose, uma ulceração tropical; a filariose, que provoca uma deformação monstruosa conhecida como elefantíase⁽¹¹⁾; a oncocercíase, causada por uma larva que penetra no couro cabeludo; a tripanossomíase, causada por um minúsculo parasita que penetra na corrente sanguínea e até nos tecidos⁽¹²⁾; e o fogo-selvagem, uma doença contagiosa da pele

(11) Estado crônico causado pela obstrução dos canais linfáticos e caracterizado pelo crescimento monstruoso das partes afetadas.

(12) A doença do sono da África é consequência de uma forma de tripanossoma.

que cobre rapidamente todo o corpo, são, de fato, horrorosas. Essas moléstias exóticas, entretanto, são de distribuição limitada e só raramente, como acontece com o tipo de tripanossoma da África, têm incidência bastante alta para constituir séria ameaça à saúde de toda uma população. A mais espalhada e mortal das "doenças tropicais" é a malária, embora sua distribuição não se limite estritamente aos trópicos. São bem conhecidas as devastações causadas pela malária no mundo tropical, no passado e no presente. Os parasitas intestinais, inclusive a ameba e os bacilos causadores da disenteria, e o anelostoma, proliferam nos climas quentes e úmidos. Calcula-se que cerca de 90 por cento da população rural da Bacia Amazônica está infectada com uma ou outra variedade de parasita intestinal. A tuberculose, a sífilis, que absolutamente não estão limitadas às zonas tropicais, constituem também sério problema para a Amazônia. A boubá (framboesia), doença contagiosa que se assemelha à sífilis, é muito comum, principalmente na Bacia Amazônica inferior⁽¹³⁾.

A prevalência da maioria dessas doenças não pode ser unicamente atribuída ao clima; são mais propriamente uma consequência do atraso da região do que a sua causa. A tuberculose, como se sabe, decorre do baixo padrão de vida e da subalimentação. A prevalência dos parasitas intestinais é devida, principalmente, à falta de um sistema adequado de águas e esgotos. A instalação de fossas sanitárias e de redes modernas de águas e esgotos, pelo serviço de saúde pública da Amazônia, reduziu a incidência das infecções intestinais. A sífilis e a boubá são moléstias sociais. Não oferecem, hoje em dia, qualquer dificuldade de cura, e a prevenção de ambas é uma questão de educação pública. A malária, "doença tropical" que tem o maior índice de mortalidade na Amazônia, está atualmente cedendo, graças a medicamentos poderosos e às novas medidas de caráter preventivo.

O Sesp (Serviço Especial de Saúde Pública), um programa de saneamento mantido em cooperação com o Instituto de Assuntos Interamericanos, entidade do governo dos Estados Unidos, tem realizado, com êxito surpreendente, o expurgo das casas e edifícios públicos contra o mosquito da malária, utilizando uma solução de 5 por cento de DDT — o novo inseticida maravilhoso — diluído em querosene. Das 146 comunidades trabalhadas pelo serviço de dedetização do Sesp na Amazônia, foi destacada para "controle"

(13) A boubá cede facilmente com o tratamento de arseniato de chumbo.

a pequena cidade de Breves, situada na região do delta. Breves era notória por suas epidemias quase anuais de malária. Um inquérito realizado em julho de 1943 revelou que 45 por cento da população da cidade tinham o baço aumentado em consequência da malária e que 22 por cento tinham parasitas da malária no sangue. O expurgo de DDT realizado em Breves, teve início em maio de 1946 e um ano depois novo inquérito revelou que o índice de esplenomegalia havia baixado para apenas 16,8 por cento, e que somente 1,6 por cento da população tinha parasitas da malária no sangue. Em maio de 1948 esses índices haviam sido reduzidos para 8,3 e 0,3 por cento, respectivamente. Depois do terceiro mês de dedetização, nenhum exemplar da espécie de anofelino, conhecida como o vetor da malária na região, fora encontrado nas casas de Breves. Após os seis primeiros meses de expurgo, apenas uns casos esporádicos de malária se manifestaram nos residentes da cidade e, esses, os médicos consideraram recaídas em sua maioria ou infecções contraídas em viagens fora da comunidade (14). O emprego do DDT em outras comunidades da Amazônia teve os mesmos resultados, sendo a droga atualmente usada em todo o mundo para a mesma finalidade e com o mesmo êxito.

O controle da malária já não constitui um problema sério para o desenvolvimento das regiões tropicais. O controle de outras doenças de alto índice de mortalidade na Amazônia é, fundamentalmente, uma questão de melhores condições de vida, melhor regime alimentar, maior educação do povo e da ampla utilização dos conhecimentos e equipamentos científicos de que a humanidade já dispõe. Algumas doenças poderão, ainda durante alguns anos, desafiar o controle, como a paralisia infantil nas zonas temperadas, até que novas descobertas científicas forneçam ao homem novos meios de dominar seu ambiente.

A saúde da população da Amazônia, entretanto, depende tanto da melhoria da alimentação, como de melhores recursos médicos. Um regime alimentar melhor para a maioria da população amazônica depende, por sua vez, do aumento da produção agrícola na região. Neste caso, também o ambiente tropical parece estabelecer um limite ao desenvolvimento cultural. Embora seja crença geral que os solos tropicais, com sua vegetação exuberante e vigorosa, de crescimento tão prodigioso, sejam extraordinariamente ricos,

(14) L. M. DEANE, FREIRE SERRA, W. E. P. TABOSA e JOSÉ LENO, "A Aplicação domiciliar de DDT no controle da malária em localidades da Amazônia", *Revista do SESP*, Ano 1, n.º 4, pp. 1.121-1.139.

esta não parece ser a verdade. Os solos tropicais foram, em geral, julgados pobres pelos geólogos. A vegetação cresce rapidamente devido ao clima quente e úmido que dura o ano todo; entretanto, mesmo as raízes das grandes árvores são surpreendentemente rasas. A camada de húmus é fina. A rápida decomposição da matéria orgânica nos trópicos faz com que o depósito de húmus seja lento, até mesmo na floresta densa e, quando se procede ao desflorestamento para cultivo ou estabelecimento de núcleos coloniais, a crosta e a lixiviação cedo exauram a terra. As copiosas chuvas tropicais dissolvem os nitratos do solo, deixando expostos os minérios insolúveis de ferro e alumínio. Estes são cozidos pelo sol abrasador que os transforma em laterita — nódulos rochosos. Os solos de laterita não são próprios para a agricultura e os alimentos que eles produzem são considerados pobres em sais minerais, como cálcio, ferro e cloreto de sódio (15). A laterita forma a base dos solos arenosos da Amazônia e, em certas localidades, chega a aparecer na superfície. Os solos são evidentemente inferiores aos das áreas temperadas mais favorecidas.

Entretanto, no afã de corrigir o falso conceito popular sobre a fertilidade dos trópicos, pode-se, facilmente, exagerar a pobreza do seu solo. Certo geólogo chegou à conclusão de que, apesar da qualidade medíocre de seus solos, mais de 70 por cento da área total do Vale Amazônico é propício à agricultura (16). Mas nem todos os solos da Amazônia são medíocres. Os solos de laterita só se encontram na chamada terra firme, a terra que fica acima do nível alcançado pelas cheias periódicas do rio. Existem extensas áreas de solo fértil, principalmente nas baixadas aluviais, muito embora a maior parte do Vale seja formada de terra firme, apesar de não ser esta a impressão do viajante para quem a Amazônia parece um vasto pântano. Com o advento das viagens aéreas para a Amazônia, tornou-se claro que há numerosos pousos na floresta tropical e que grande parte da área é constituída por terra firme. A parte oriental da ilha de Marajó, na desembocadura do rio, a região do alto rio Branco, na fronteira brasileira com a Venezuela e a Guiana Inglesa, e uma extensa área do Vale, no norte de Óbidos e Monte Alegre, são savanas de solo relvoso. Tais savanas, que cobrem mais de 32.100 quilômetros quadrados, foram classificadas como "extraordinariamente adequadas à cria-

(15) V. Josué de Castro, *op. cit.*, p. 73.

(16) *Ibid.*, p. 106.

ção do gado e talvez mesmo à agricultura em geral" (17). Além disso, em vários pontos do rio, erguem-se ribanceiras de 30 a 50 metros e, nas vizinhanças de Monte Alegre e Santarém ainda existem remanescentes de montanhas e platôs que se elevam a mais de 300 metros acima do nível do rio. Como escreveu o geógrafo Pierre Gourou, "Longe de ser um lago ou um pântano, a Amazônia ergue-se abruptamente acima dos vales de depósitos aluviais, formando um platô baixo, livre de inundações" (18).

Como a maior parte das planícies inundadas pelos sistemas fluviais, a do Amazonas é extensa. Abaixo de Manaus a área anualmente inundada pelo rio é de 40 a 50 quilômetros de cada lado. Como acontece com o Mississipi, as cidades e aldeias ribeirinhas estão situadas nas ribanceiras e nos afloramentos de terra firme. É lamentável que essas baixadas não sejam mais extensas, pois que os trechos de área inundada são especialmente ricos, como é o caso de vários deltas. A exploração científica dessas terras daria muitas vezes a produção de alimentos nessa região (19). Também os solos medíocres de terra firme podem ser trabalhados para produzir mais. Gourou salienta que uma única e pequena área do Vale, a que se estende ao longo da estrada de ferro, entre Belém e Bragança e é formada de terra firme, sustenta uma população muitas vezes mais densa do que a população média de todo o Vale, sem ter efetuado qualquer modificação essencial nos métodos tradicionais de cultivo. O solo amazônico não é de maneira alguma comparável ao de áreas férteis e produtivas como as do meio-oeste dos Estados Unidos; pode, entretanto, vir a produzir alimentos, não só para a população atual da Amazônia, como para um número de pessoas muitas vezes maior.

É preciso salientar ainda que a qualidade do solo é apenas um dos muitos fatores que determinam sua produtividade. Como escreveu um geógrafo, "A fertilidade não é uma qualidade inerente apenas ao solo; pode ser também avaliada em termos de utilizações específicas do solo" (20). As Grandes Planícies dos Estados Unidos, onde estão atualmente localizadas nossas grandes planta-

(17) Earl Parker HANSON, *The Amazon: A New Frontier*, Foreign Policy Association Pamphlet n.º 45, 1944, pp. 22-23.

(18) "L'Amazonie". *Cahiers d'Outre Mer* 1949, vol. II, N.º 5, pp. 1-13.

(19) GOUROU, *Les Pays tropicaux*, p. 6.

(20) PRESTON JAMES, *Latin America*. Nova York, 1942, p. 543.

ções de trigo, de produção prodigiosa, já foram inacessíveis ao índio americano que não possuía o arado europeu para amarrar a gleba rija. Destituídos de conhecimentos e dos equipamentos técnicos adequados, os simples aborígenes da Tasmânia supriam uma existência apenas miserável com o produto de uma terra potencialmente rica (21). A terra só é útil ao homem na medida em que ele possui o equipamento cultural, em um determinado lugar ou ocasião, e na medida em que dele sabe se utilizar. Com os conhecimentos que possui atualmente sobre a fertilização química de solos pobres, a adaptação das culturas a determinados solos e outras técnicas da agronomia moderna, o homem não deveria ter dificuldade em melhorar a produtividade dos solos na Amazônia. Mesmo as inovações técnicas mais elementares seriam infinitamente superiores ao sistema agrícola primitivo empregado atualmente em todo o Vale.

Não sendo o Vale Amazônico um ambiente particularmente propício ao homem, ainda assim tem-se que concluir que o ambiente físico não é o obstáculo mais sério ao seu futuro desenvolvimento e à melhoria dos padrões de vida de seus habitantes. Todos os povos têm a mesma potencialidade para melhorar sua condição social; o ambiente físico em que vivem é apenas um dos muitos fatores que determinam o completo ajustamento do homem à sua ambiência. Como declarou recentemente um escritor: "A terra, o clima, as riquezas minerais não são fatores determinantes do progresso humano. São meros determinantes dos limites teóricos que o habitante nativo não pode ultrapassar. A ciência e a técnica estão ampliando esses limites, mas elas são finitas. Até que ponto uma determinada nação conseguirá aproximar-se dos limites finitos da civilização dependerá dos fatores humanos" (22). Este "limite finito" está ainda no horizonte distante para a Bacia Amazônica, onde a ciência e a técnica modernas são praticamente desconhecidas. Os "fatores humanos", dos quais tanto depende, são parte integrante da cultura e do sistema social de um povo. São as tradições culturais desse povo que lhe proporcionarão os instrumentos,

(21) C. DARYLL FORBES, *Habitat, Economy and Society*, 6.ª ed., Londres, 1948, p. 100, salienta que "o clima estimulante da temperada zona ocidental (da Tasmânia), a que tão freqüentemente se atribui o vigor dos povos da Europa ocidental, não estimulou qualquer nova conquista de sua cultura (da Tasmânia)".

(22) HOWARD A. MEYERHOFF, "Natural Resources in Most of the World", in Ralph Linton (org.), *Most of the World*. Nova York, 1949, p. 92.

o conhecimento e a técnica para entretar o ambiente. É a cultura que determina os fins para os quais os homens de uma determinada área fazem uso de sua técnica e é o sistema social que determina a organização do trabalho e a distribuição dos produtos desse trabalho.

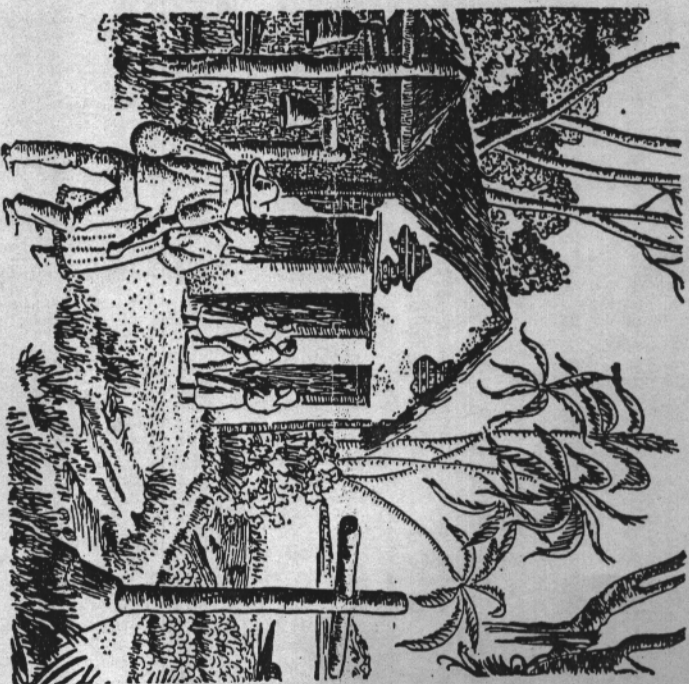
As principais razões que fazem do Vale Amazônico uma área atrasada e subdesenvolvida têm que ser buscadas na cultura e na sociedade amazônica e nas relações dessa região com os centros do poder econômico e político e com as origens da difusão cultural. Quais são os equipamentos técnicos de que dispõem os habitantes da Amazônia para explorar seu ambiente? O que é que representa uma "boa vida" para o homem da Amazônia? Em outras palavras, quais são seus incentivos, suas motivações, sua escala de valores? Qual a forma local das instituições fundamentais e universais — família, igreja e governo — pelas quais o homem de toda parte organiza sua vida? Qual tem sido a relação econômica e política da Amazônia com o resto do mundo? A resposta a essas perguntas dirá por que razão essa região é atrasada.

Este livro, portanto, é o estudo de uma cultura, do modo de vida criado pelo homem do Vale Amazônico do Brasil. Já que as culturas, historicamente, são desenvolvidas e já que se formam de elementos de origem largamente difundida pelo empréstimo de outras culturas, temos que procurar, no passado e além do Vale, as origens e os acontecimentos que influenciaram a cultura contemporânea da Amazônia. O conhecimento do modo de vida do homem da Amazônia fornecerá os indícios do que deverá ser modificado para que possam ser melhorados os padrões de vida. Esse conhecimento nos permitirá prever algumas das reações que não poderão deixar de provocar a introdução de novos elementos na cultura amazônica. O ideal que consiste em "fazer com que os benefícios oriundos de nossas conquistas científicas e de nosso progresso industrial concorram para o progresso e o crescimento das áreas subdesenvolvidas" requer uma reforma cultural. Não é um processo simplista de enviar técnicos especializados para essas áreas, de realizar inquéritos e estudos para apurar os recursos econômicos básicos das mesmas, ou mesmo de enviar trabalhadores, engenheiros, administradores e outros especialistas para estudar nos Estados Unidos e lá adquirirem a experiência acumulada por aquele país — embora todos esses esforços sejam proveitosos. O que a tarefa requer é a modificação de uma cultura — de um modo de vida — e o reajustamento das relações de um povo com o ambiente que o cerca.

Qualquer idéia nova só será aceita se, na cultura preexistente, houver uma base que torne útil o elemento. Um programa destinado a introduzir práticas agrícolas modernas não se pode limitar a proporcionar métodos mais eficientes, como há muito comprou o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos; esses métodos precisam agradar ao povo. Certas culturas, frequentemente, apresentam barreiras a métodos ainda mais eficientes. O simples fato de que o solo de uma determinada região seria mais produtivo se nele se plantassem batatas ou feijão-soja não basta para persuadir um povo cujo prato de resistência é o arroz. Para se conseguir introduzir o cultivo da batata em uma situação destas, tem-se primeiro que modificar hábitos e preferências alimentares — ou então criar um mercado para o produto. Se a agricultura é intimamente ligada à religião, como no caso dos índios da Guatemala, os novos métodos de cultivo e as novas culturas irão interferir com a religião; a menos que esses métodos e culturas estejam integrados no sistema religioso, sua introdução entrará em conflito com o mesmo. O homem não é um ser racional no sentido de que seu comportamento é sempre motivado pelo seu próprio e absoluto interesse — seu conceito do que constitui "interesse" é determinado pelos valores de sua cultura particular.

A cultura, além disso, não é transmitida de maneira mecânica, como um carregamento de mercadorias que se transfere de um grupo para outro. Uma vez aceitas por um povo, as inovações tornam-se parte de sua cultura e por ela são modificadas. Os novos elementos adquirem nova forma e significação, diferentes das que possuíam na cultura de origem. A introdução de novos elementos, por sua vez, provoca reajustamentos na cultura emprestada. Basta observar algumas das numerosas inovações introduzidas na cultura americana na última geração. O cinema foi moldado de várias maneiras pela cultura americana; o cinema, por sua vez, modificou a vida social americana e, de certa forma, sua vida de família. Está agora sofrendo efeitos secundários semelhantes com o advento da televisão. O desenvolvimento da indústria nas áreas não-industriais exigirá novas formas de colonização, a reclassificação das classes econômico-sociais, modificações na estrutura da família e até mesmo nos hábitos mecânicos do povo que terá de aprender a manipular máquinas. Os projetos de recuperação ou divisão da terra exigirão novos moldes de posse e utilização da terra, novos métodos de cultivo e muitas outras modificações, diretas ou indiretas, na sociedade e na cultura do povo em questão. Conquanto a cultura não seja uma máquina ou um orga-

nismo — as duas analogias foram usadas por teóricos — é um sistema interligado. E a introdução de novos elementos requer o reajustamento do sistema. Qualquer programa destinado a introduzir a técnica moderna e a indústria no meio de um povo “atrasado” terá que considerar as extensas modificações sociais e culturais que elas implicam.



2. uma comunidade amazônica

I

Uma comunidade isolada nunca é típica de uma região ou uma nação. Cada qual tem suas próprias tradições, sua história particular, suas variações especiais do modo de vida regional ou nacional. A cultura de uma região ou de uma nação moderna possui uma organização muito maior do que a simples soma das comunidades que a integram. Existem instituições e poderes sociais de âmbito regional, nacional e até mesmo internacional, que determinam a tendência de vida de cada pequena comunidade. A igreja, as instituições políticas, o sistema de educação convencional, o sistema comercial e muitos outros aspectos de uma cultura, são muito mais difundidos e mais complexos em sua organização do que parecem quando observados em uma comunidade. Nem poderia qualquer simples comunidade possuir toda a amplitude de uma

cultura regional; não possuiria todas as classes sociais, todas as ocupações ou todos os partidos políticos que se encontram em uma região inteira. O estudo de uma pequena aldeia agrícola dos Estados Unidos, por exemplo, não nos revelaria, provavelmente, toda a complexidade da organização operária americana, do intrincado sistema comercial e financeiro ou da ostentação de riqueza que se observa em suas grandes cidades. Entretanto, os estudos do sistema bancário de uma região, da organização formal e da doutrina de sua religião, de suas importações e exportações, ou da dinâmica de sua população, nos termos impessoais e objetivos dos economistas e sociólogos, são absolutamente inexpressivos. Nada revelam das circunstâncias da vida, ou do funcionamento dos amplos padrões e instituições tais como são vividos pelo povo.

Por toda parte as pessoas vivem em comunidades — em bandos, em aldeias, em núcleos agrícolas, nas pequenas e nas grandes cidades. Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade. Todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais.

Qualquer comunidade da Amazônia brasileira conviria aos nossos propósitos, como laboratório de estudos de uma cultura regional e da forma pela qual ela é preservada por um grupo de habitantes da Amazônia. Este estudo focalizará uma pequena comunidade amazônica a que chamaremos Itá, nome fictício de uma aldeia real, no Baixo Amazonas, na qual o autor e seus colaboradores viveram e estudaram. Não é uma cidade média da Amazônia. Monte Alegre, Obidos, Faro, Abaetetuba e muitas outras são maiores, mais prósperas e mais adiantadas. Existem diferenças de padrões culturais característicos do Alto Amazonas, do Salgado e das Ilhas, que não se manifestam na cultura de Itá. Itá, entretanto, convém admiravelmente a um "estudo de caso". Possui uma longa história que reflete a maioria das tendências da história regional. O modo de vida atual de Itá e dos núcleos agrícolas que a cercam pode parecer antiquado e atrasado para os

moradores de Belém, Manaus ou mesmo de Santarém, mas é semelhante, em suas linhas gerais, ao da maior parte da população rural da Bacia Amazônica e dos habitantes dos bairros operários das cidades, que estão repletos de emigrantes recém-chegados. Por ser Itá uma comunidade pobre, sem qualquer indústria ou predicado natural e sem qualquer característica distinta, o estudo dessa aldeia focaliza exatamente o elemento comum a todos os problemas básicos da região.

II

Itá está situada em uma sub-região conhecida como o Baixo Amazonas, abaixo da confluência dos rios Negro e Solimões. Estando, além disso, perto das ilhas do delta, duas sub-regiões ecológicas afetam a vida da comunidade. É um povoado de cerca de quinhentos habitantes, mas, apesar disto, é a sede da municipalidade que tem jurisdição sobre uma área de 6.094 quilômetros quadrados — quase a superfície do estado de Rhode Island, nos Estados Unidos. A cidade está situada numa pequena elevação formada por um afloramento de laterita, a três ou quatro metros apenas sobre o nível do rio, mas de onde se descortina uma paisagem que se estende por milhas e milhas, para cima e para baixo do canal meridional do Amazonas. Vista do rio, a cidade é uma paisagem repousante na monótona sucessão de matas que cobrem as margens do Amazonas. Destaca-se, nítida e colorida, do fundo verde-escuro da vegetação. A igrejainha, branca e luminosa, com o seu telhado cor de barro, é o primeiro edifício que se distingue. Depois vem a Prefeitura, com seu prédio de dois andares recentemente terminado, e uma fila de casas baixas, pintadas de cores claras, de frente para o rio. Há um trapiche municipal, vermelho-escuro, construído sobre estacas no canal do rio e ligado à terra por uma longa prancha. Um pouco além, descendo o rio, vê-se um trapiche menor, de propriedade de um comerciante local, ao qual está amarrado um barco a vela cor de ferrugem. Os navios fluviais que atracam em Itá utilizam sempre o trapiche municipal que possui um pequeno armazém coberto. Assim vista do rio, a cidade parece um quadro emoldurado pela folhagem verde-escura das mangueiras enormes e das palmeiras majestosas que lhe guardam as beiras. Parece um recanto sedutor.

Mas, quando se deixa o barco e se atravessa a prancha, esfuma-se o cenário romântico e surge a realidade. A rua que fica

defronte do rio não tem calçamento, como todas as ruas de Itá. Se for na época das chuvas a rua será um mar de lama. Uma calçada enfiada a frente de algumas casas da rua fronteira ao rio, mas as outras erguem-se diretamente da via pública. Grande parte dos prédios está em péssimo estado de conservação e um ou dois estão a ponto de cair aos pedaços. Nas ruas mais afastadas do rio as casas são menos coloridas e mais desmanteladas e encontram-se numerosas cabanas cobertas de folhas de palmeira, onde mora a população mais pobre. Itá apresenta ao rio o seu melhor perfil, mas, vista de perto, até a sua orla fluvial está estragada pelo uso.

Um mapa exposto na prefeitura mostra que Itá tem um plano de urbanização de traçado em xadrez. Três ruas principais acompanham o rio e deste saem as travessas que lhes são perpendiculares. No mapa vêem-se três praças públicas, e um parque à beira do rio. Todas as praças e ruas têm nomes. Cada rua tem o nome de um herói da história do Pará; as travessas têm nomes de santos, e duas das praças receberam nomes de homens famosos. Logo, porém, torna-se evidente que o plano de urbanização foi idéia importada. Os nomes indicados no mapa são raramente usados, quando o são. As ruas são conhecidas como "rua Primeira", "rua Segunda" e "rua Terceira" (começando do rio) e, do nome das travessas, ninguém se lembra. As ruas são bastante retas e as praças bem demarcadas, mas as travessas serpenteiam por entre as casas, de maneira estonteante, e são, algumas delas, pouco mais largas do que picadas.

A prefeitura, que está situada no centro da praça principal, pode ser considerada o coração da cidade. Ocupando todo um lado da praça, ergue-se o posto de saúde pública, com seu pátio ajardinado e uma horta. A outra praça é vazia, tendo apenas uma pequena estátua erguida em homenagem a um herói do Estado. Os outros dois edifícios públicos importantes, a escola e a igreja, estão situados além da comprida rua Primeira, um pouco afastados da cidade. A escola, instalada em um prédio novo, construído pelo governo federal para educação de adultos, é uma construção de adobe, coberta de telhas. Tem uma sala de aulas e várias dependências destinadas à moradia do professor e sua família. A igreja fica distante da escola algumas centenas de metros, bem mais afastada da aldeia, contrariando o costume geral da Amazônia que faz da igreja o seu principal edifício. Entre a igreja e a escola existe um campo de futebol onde, nas tardes de domingo dos meses de "verão", jogam os dois times de Itá, de composição um tanto ou quanto precária.

As quadras formadas pelo cruzamento das ruas e travessas traçadas no plano da cidade são, na realidade, difíceis de distinguir. Existe, aqui e ali, uma quadra totalmente construída, mas são tantos os lotes vazios que a configuração do plano fica completamente destruída. Pequenos caminhos vão-se formando por entre os espaços vazios até se perderem no matagal da rua Terceira. E, no entanto, com tanto espaço disponível, as melhores residências de Itá são construídas diretamente na rua, de parede e meia, apresentando ao transeunte uma fachada compacta. O quintal, cercado por muros, é a parte mais importante dessas compridas casas que são muito maiores do que parecem, vistas da rua. Hoje em dia, apenas duas quadras completas de Itá estão solidamente construídas a maneira tradicional. Em consequência ao rápido declínio da população, depois do surto da borracha na Amazônia, muitas casas estão em ruínas; além disso, a tendência atual de construir as casas cercadas de jardins transformou o aspecto da cidade. Na rua Primeira há uma série de bangalôs para duas famílias que foram construídos em virtude de um projeto do governo municipal. Estão afastados uns dois ou três metros da rua e têm entre eles um pequeno espaço. Estas são as casas do prefeito, do chefe de polícia, do coletor federal de impostos, da agente do correio (que faz da sua sala a agência), e do agente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apesar dessas casas novas terem espaço suficiente para a circulação do ar, seus tetos são incrivelmente baixos e os quartos muito pequenos, sendo ainda expostas ao sol por todos os lados. E, conquanto sejam modernas, seu projeto não se adapta ao trópico amazônico; além disso, são muito menos confortáveis do que as velhas casas tradicionais, com seus tetos altos e suas varandas acolhedoras dando para o quintal sombrio.

Com exceção de uma, todas as demais casas comerciais de Itá estão situadas na rua Primeira. A exceção, que fica atrás da prefeitura, na rua Segunda, é uma pequena loja desprovida de estoque. Dos três armazéns da rua Primeira, a Casa Gato, que se vem mantendo desde os tempos do surto da borracha, é de todos o que tem maior estoque. Além do mais sua situação é ideal, perto do caminho de pranchas que leva ao trapiche municipal. Os outros estão situados mais abaixo na rua e foram instalados mais recentemente. Esses armazéns são também residências. Uma sala grande, de frente para a rua, é a loja, que contém um balcão e a mercadoria. Atrás da loja há um grande depósito onde são guardados a borracha e os outros produtos que o negociante recebe em troca de mercadoria, além da mercadoria a granel, como

sacos de sal, etc. Os fregueses perambulam pelo armazém e a cachaca é servida no balcão. Os cômodos em que vivem o negociante e sua família ocupam um lado da casa e ele, muitas vezes durante o dia, foge para os fundos para bater um papo com a família. Os fregueses importantes são convidados para a sala de visitas ou, se são íntimos, para a sala de jantar, onde tomam o inevitável cafezinho.

Todos os prédios da rua Primeira são construídos de taipa ou madeira, todos têm chão de tábuas ou cimento e telhados de barro e todos são pintados de branco ou de cores claras. Este tipo de residência é classificado, em Itá, como casa, a fim de se distingui-lo das construções mais frágeis, cobertas de folhas de palmeira, chamadas barracas. Com exceção de duas, todas as residências da rua Terceira são barracas. São construções de dois ou três cômodos, com paredes e teto de folhas de palmeira trançadas e apoiadas em estacas fincadas no solo úmido. O soalho, geralmente feito de tabuinhas cortadas do tronco da paxiúba, é irregular, mas algumas dessas barracas têm chão de pranchas de madeira. As residências da rua Segunda são uma mistura desses dois tipos. Existem algumas construções que o povo chama de "casas", apesar de estarem em péssimas condições, e existem "casas" de *taipa*, pintadas de branco, com telhado de folhas de palmeira. Algumas dessas residências da rua Segunda são francamente barracas. Uma das "casas" da rua Segunda é também uma padaria onde o padeiro e sua mulher fazem pão de trigo, quando este é encontrado. A casa de força da usina elétrica, onde é guardada a maquinaria do antigo gerador termoeletrico, também fica na rua Segunda — que se gaba ainda de abrigar dois barbeiros, um dos quais instalou a sua barbearia num dos quartos da sua casa. Em 1948, um sapateiro recém-chegado, que não pretendia ficar por muito tempo na cidade, instalou uma barraca na rua Segunda. Em Itá, portanto, as residências melhores e mais permanentes ficam à beira do rio, enquanto as barracas pobres estão situadas longe dele, escondidas da vista. Na rua Segunda fica toda a confusão, do meio termo. O equivalente do bairro pobre em Itá é "do outro lado do rio".

A rua Primeira e a rua Segunda também são relativamente limpas, porque o governo municipal paga trabalhadores diaristas para arrancarem o mato durante a estação seca. Essa limpeza das ruas é especialmente caprichada nas vésperas de um feriado ou da visita de algum político de Belém. A rua Terceira, porém, é

coberta de vegetação, alta demais para se chamar de mato. Só aqui e ali um morador caprichoso teve o cuidado de limpar a área defronte à sua casa. Uma grande parte da rua Terceira e das travessas que nela desembocam parecem serpentes ondulantes. Mas, como os que nela moram queixam-se do despeixo injusto de sua rua, o prefeito, de vez em quando, manda limpá-la.

Os prédios mais imponentes de Itá, como já vimos, são a igreja, a prefeitura e o posto de saúde. A igreja, uma construção alta e simples, foi recentemente reformada por um padre missionário alemão que, ajudado por trabalhadores locais, substituiu todo o telhado e pintou as paredes de branco, por dentro e por fora. Eis por que ela é bastante austera, sem a decoração interna rebuscada da maioria das igrejas das pequenas cidades do Brasil. O posto de saúde é um edifício baixo, cujo projeto foi feito por um arquiteto suíço-americano e construído por engenheiros dos Estados Unidos que trabalharam junto ao serviço de saúde pública do Amazonas durante a guerra. Tem uma varanda comprida, grandes janelas com tela e outras, compridas e estreitas, perto do teto, para ventilação, bem como outras características adequadas ao clima. Destaca-se em Itá como um prédio moderno que não é uma simples cópia dos edifícios da zona temperada e que, pelo menos, procura adaptar-se ao ambiente. O edifício de dois andares da prefeitura, entretanto, é o mais famoso em todo o Baixo Amazonas. Faria honra a qualquer cidade americana ou europeia muito maior do que Itá. Uma parte do andar superior abriga todos os departamentos públicos, deixando vazio o primeiro andar. Erguendo-se bem no centro de uma das praças públicas, fica exposto ao sol de todos os lados e é muito pouco ventilado. Os escritórios do segundo andar fervem durante o dia. A prefeitura, como veremos, figura na história de Itá como um "elefante branco"; as despesas com sua construção drenaram várias vezes os cofres públicos.

III

O município, que tem sede em Itá, estende-se ao sul do Amazonas, rio abaixo, e inclui várias ilhas da região do delta. A área é tão grande que a maioria das oito mil pessoas que vivem dentro do município muito raramente ou nunca visita a cidade. Os agentes da coletoria federal que, em geral, são também comerciantes rurais ou negociantes, estão instalados em vários pontos da área.

De tempos a tempos, o prefeito, o coletor estadual, o coletor federal e até o chefe de polícia, realizam viagens de inspeção que duram de duas a três semanas. Ao longo das vias navegáveis do município foram instalados barracões comerciais, de intervalos em intervalos. A maioria desses barracões renova seu estoque e despacha os produtos que adquire pelos navios fluviais de propriedade de firmas comerciais de Belém. Cada barracão é freqüente regular de uma determinada firma, cujos barcos fazem essa viagem, mais ou menos, uma vez por mês. Como a maioria das exportações e importações dos barracões não atravessa a aldeia, Itá não é o centro comercial da unidade política que controla. Não é também o centro social do município. Os habitantes das localidades distantes da municipalidade vão às vezes a Itá, na ocasião da festa anual de São Benedito, mas este é um acontecimento que atrai gente de todo o Baixo Amazonas, e os moradores distantes ali comparecem como visitas, tal e qual as pessoas de fora. O município de Itá não é uma unidade social, ou mesmo geográfica, facilmente controlada pela sua sede. Em algumas municipalidades do Amazonas, como Altamira, no rio Xingu, a sede está situada, estrategicamente, em locais em que o controle político pode ser exercido sobre todo o seu território e todos os seus habitantes, mas em Itá até a unidade política é fraca.

Uma área mais restrita, que circunda a cidade e abrange cerca de um quinto de todo o território do município, considera a cidade o centro de sua vida econômica e social. A maior parte dessa área, que chamaremos de "comunidade de Itá", fica, como a cidade, na margem meridional do Amazonas, mas também inclui algumas pequenas ilhas do canal que fica defronte da cidade⁽²⁾. A área dessa comunidade encerra cerca de duas mil pessoas, das quais apenas quinhentas, aproximadamente, moram na cidade. Em frente à cidade de Itá, o canal do Amazonas tem mais de cinco quilômetros de largura, sendo a sua travessia, em canoa ou barcos pequenos, bastante perigosa. Em vista disso, embora várias pessoas da margem meridional trabalhem regularmente na extração da borracha na ilha Grande, como é conhecida a margem setentrional, as relações sociais com seus moradores são, geralmente, pouco freqüentes. O solo ao sul do rio é em grande parte constituído por terra firme. A área incluída na comunidade de Itá estende-se rio acima até o rio Jocojó e, rio abaixo, até o rio Pucuru, ambos

(2) Daqui por diante o nome de Itá será empregado para designar a comunidade — a cidade e a zona rural que a circunda — e não a unidade política, mais extensa, desse nome.

pequenos afluentes, ou igarapés, do Amazonas. Entre esses dois afluentes existem dez outros, e a população rural da comunidade mora em casas isoladas, espalhadas ao longo das margens desses riachos. Na realidade, a forma de colonização em toda a Amazônia é de pequenas casas disseminadas, próximas às vias fluviais, principais meios de transporte. Há dois caminhos terrestres, entretanto, que partem da cidade em direção este e oeste, estabelecendo comunicação por terra com as zonas rurais, durante o verão. Mesmo durante a estação seca, entretanto, cargas e carregamentos pesados podem ser transportados por canoa.

Os que vivem às margens dos afluentes mais próximos da cidade, como o Irapereira e Jacupi, vão à cidade quase diariamente para comprar alimentos, vadear pelas lojas ou mesmo a fim de trabalhar para o governo municipal. Aqueles que vivem junto aos tributários mais distantes, como o Bacá e o Jocojó, só visitam a cidade de dez em dez dias, para a *quinzena*⁽³⁾, de comércio; uma vez ou outra, entretanto, também vão aos domingos, para assistir à missa, ou em outro dia qualquer, para visitar amigos e parentes. Durante os meses de verão celebram-se inúmeras festas de santos nas zonas rurais e para assistir a elas os habitantes dos numerosos pequenos tributários viajam para cima e para baixo. Dentro da área da comunidade todas as famílias enterram os seus mortos no cemitério da cidade; os que vivem fora têm os seus próprios cemitérios. Existe na comunidade um forte sentimento de "bairrismo"; na ocasião das comemorações públicas do Dia da Independência e das festas de São Benedito e Santo Antônio a população a elas se refere como "nossas festas". As pessoas que vivem fora da comunidade são forasteiros; sua charanga, que sempre toca nos bailes da localidade, uma vez se recusou a tocar em uma festa de santo que se comemorava à beira de um riacho vizinho, fora, porém, da área da comunidade. Desculpou-se o chefe da banda dizendo que a gente era *brava* e que suas festas não passavam de farras. Não se sentia à vontade junto desses estranhos. Os moradores da beira de um tributário que desemboca no canal do Amazonas, do outro lado da cidade, e que está, portanto, fora dos limites da comunidade, disseram-nos uma vez: "Vamos às vezes assistir aos seus festejos" ou "Há mais de dois anos não vamos a Itá".

(3) No Baixo Amazonas o dia do comércio era tradicionalmente marcado de quinze em quinze dias.

Os que habitam as margens dos pequenos riachos constituem um "bairro", ou subunidade, por assim dizer, de uma unidade maior que é a comunidade. As margens de um desses tributários há umas quinze ou vinte casas situadas em intervalos de duzentos, trezentos e até quinhentos metros umas das outras. Encontram-se às vezes grupos de casas onde moram diversos membros de uma mesma família. Em um desses lugares, três casas, separadas uns cem metros apenas umas das outras, abrigavam as famílias de um homem e de seus dois filhos casados; em outro, seis casas espalhadas por mais de três quilômetros ao longo de um afluente, acolhiam os seus primos. Um patriarca e seus genros, e uma viúva com suas três filhas e seus maridos formavam dois outros grupos. Conquanto os laços de família freqüentemente constituam fator importante para determinar a moradia das pessoas de um bairro e para assegurar a assistência recíproca entre os habitantes, tais bairros não são grupos de família, como não são grupos sociais de clã. A residência em comum, a amizade e o "parentesco espiritual" entre padrinho e afilhado constituem vínculos tão fortes quanto os de parentesco real entre esses vizinhos.

A devoção por um santo particular é outra forma de vínculo que une os moradores de um determinado bairro. Em cada afluente há uma irmandade religiosa dedicada a um santo — a Nossa Senhora de Nazaré, a São Pedro ou São João. Todos os anos o dia do santo é comemorado na localidade e a organização da festa é uma tarefa importante da irmandade. Dentro desses bairros os homens trocam de trabalho uns com os outros e organizam grupos de trabalho cooperativo para a agricultura. Fora do círculo da família, o bairro é o cenário da vida diária na zona rural de Itá. De fato, os laços de vizinhança são mais importantes para os seus habitantes da zona rural do que os de comunidade; no entanto, os bairros são subdivisões da comunidade. Os acontecimentos dos bairros rurais chegam depressa às ruas da cidade.

Dois bairros da comunidade de Itá fogem ao tipo disperso acima descrito. Os moradores das margens do Jocojó e Maria Ribeiro formam pequenas vilas. A vila de Jocojó tem dezenove casas construídas em uma rua razoavelmente reta. É uma vila pequenina, com uma capelinha de madeira e uma ramada — edificação descoberta onde se dança nos dias de festa. Uma barraca extremamente grande, sem paredes, serve de escola; em 1948 ela funcionou praticamente com a mesma regularidade e eficiência que a de Itá. Os pais da vila de Jocojó desejavam ardentemente que seus filhos aproveitassem a escola, pois o seu bairro era o único da zona rural que se gabava de possuir uma. A vila ribeirinha de

Maria Ribeiro consistia em um grupo de casas, mas sem capela para os seus santos e sem escola; entretanto essas duas vilas caracterizavam-se pela unidade de sua organização e pelo espírito progressista de seus habitantes. Enquanto as populações rurais do Amazonas viverem espalhadas e distantes umas das outras, será difícil proporcionar-lhes locais acessíveis para educação e assistência médica satisfatória. Se as vilas fossem concentradas, como esses dois grupos atípicos de Itá, seria possível ao governo proporcionar-lhes escolas. A concentração da população permitiria que o médico de Itá lhes dispensasse tratamento em massa e que o serviço de saúde fornecesse medidas profiláticas para a proteção coletiva, o que é impossível no caso de moradias esparsas. Essas vilas, portanto, apontam uma solução possível para os problemas da zona rural do Amazonas.

IV

Os habitantes da comunidade de Itá são brasileiros. Participam, dentro dos limites do conhecimento e do potencial de que dispõem, da vida regional e nacional. Os caboclos, como são chamados os habitantes das aldeias e a população rural pela gente da cidade no Amazonas, falam o português. Discutem política nacional e internacional e, desde que sejam apenas semi-alfabetizados, podem votar. Em Itá, como em outras comunidades semelhantes do Amazonas, comemora-se o 7 de Setembro, festa da Independência. O caboclo joga futebol, o esporte nacional do Brasil, e pode arriscar no jogo do bicho. Em 1945 festejou-se o Dia da Vitória nos postos de comércio mais afastados do município de Itá. Os lavradores e seringueiros que participaram dos festejos não compreenderam, naturalmente, toda a significação da Segunda Guerra Mundial, mas sabiam que o seu país estava em guerra, ao lado dos aliados. As instituições jurídicas e políticas, o sistema educativo, a religião tradicional e muitos outros aspectos da sociedade de Itá são os mesmos da nação da qual Itá é apenas uma pequena parte insignificante.

A cultura brasileira contemporânea é formada pela fusão de três tradições culturais. As tradições, a linguagem e as instituições legais e religiosas trazidas da Europa para o Novo Mundo pelos portugueses são os padrões culturais que predominam em todo o país. Itá, como a maioria das comunidades brasileiras, herdou grande parte de sua cultura de Portugal. Além disso, porém,

2 cultura nacional brasileira sofreu grande influência do negro africano e dos indígenas que habitavam a região antes da chegada dos portugueses. Pelo menos três milhões de escravos foram trazidos para o país apenas durante o período colonial, sendo bem provável que ao todo fossem muito mais. Numerosos costumes e tradições de origem africana foram incorporados à vida brasileira. O samba — a música popular brasileira — a cozinha brasileira, seu folclore, e outros aspectos da vida moderna revelam claramente a influência africana. Mas, apesar disso, os padrões culturais indígena-americanos persistem em todo o país. A técnica agrícola da queimada e as principais culturas de alimentos (mandioca, milho, feijão, etc.) são de origem indígena. A maioria dos nomes da flora e da fauna e a denominação dada a inúmeras localidades, no português falado no Brasil moderno, derivam do tupi, dialeto indígena amplamente difundido. Tanto o europeu recém-chegado, como seu escravo africano, aprenderam com os índios a viver no Novo Mundo.

Essas três heranças culturais não se manifestam, entretanto, com a mesma intensidade em todo o Brasil. O Brasil é uma nação de acentuadas diferenças regionais produzidas por diversas circunstâncias de ambiente e pela precariedade dos meios de comunicação. Ao longo da costa nordeste do Brasil, onde a maioria dos escravos negros trabalhava nas plantações de açúcar, as influências africanas constituíram um fator importante na formação da atual cultura regional. No extremo sul do Brasil as tradições europeias prevalecem quase que com exclusão total das tradições indígena-americanas e africanas. No Vale Amazônico, com seu ambiente típico de chuvas e florestas e seu magnífico sistema entrelaçado de vias fluviais, mais do que em qualquer outra região, persistiu a herança indígena do Brasil. Em Itá, como em outras comunidades do Amazonas, as influências indígenas são facilmente visíveis na maneira de viver das pessoas, em sua alimentação, nas suas crenças populares e em sua religião. Além do mais, uma grande parte da população de Itá descende de índios. As maçãs do rosto salientes, o cabelo preto e liso, a pele bronzeada e os olhos em formato de amêndoa (devido ao epícantho tão característico do ameríndio) de muitos dos habitantes da comunidade de Itá demonstram a força do traço genético do índio americano.

O vigor da tradição indígena na sociedade e na cultura da Amazônia rural não decorre, entretanto, da força numérica da população indígena que existiu na região desde antes de 1500.

Na realidade, a população aborígene do Vale Amazônico parece ter sido relativamente esparsa, nunca excedendo a metade de um milhão de pessoas disseminadas por toda a sua imensa área. Em comparação com as complexas civilizações nativas das regiões montanhosas do México e do Peru, sua cultura era simples. As tribos que viviam nas florestas tropicais eram de agricultores da técnica manual que plantavam uma série de culturas americanas nativas, como mandioca, milho, feijão, amendoim, cará, pimenta, abóbora e algodão. Dependiam também da pesca, da caça e da apanha de frutas e nozes selvagens para enriquecerem sua dieta. Seus métodos de subsistência, embora apropriados ao ambiente amazônico, limitavam o tamanho das suas comunidades, que raramente excediam a trezentas ou quatrocentas pessoas. Cada cinco ou seis anos eram obrigados a mudar suas aldeias apesar da imensa expansão de terrenos florestais inabitados, e todos os anos rogavam novas áreas para plantação na floresta tropical. Assim, pois, eram-lhes necessárias grandes áreas de terra para sustentar um número relativamente pequeno de pessoas.

Além disso, os nativos do Vale eram divididos em inúmeras tribos que falavam uma infinidade de dialetos. Uma "tribo" consistia geralmente em uma série de aldeias que, falando o mesmo dialeto, sentiam que formavam "um povo" contra todos os estranhos. Raramente, as próprias "tribos" possuíam qualquer organização política oficial; em raríssimos casos, a autoridade de um chefe estendia-se por mais de uma aldeia. E em suas próprias aldeias não eram muito grandes os poderes desses chefes nativos. No Alto Amazonas era tão grande a segmentação da sociedade aborígene que cada aldeia, composta de apenas uma ou duas casas compridas, se considerava um povo à parte. Em toda a área eram constantes as guerras entre tribos e a desconfiança dos estranhos reduzia ao mínimo as relações entre elas.

A falta de unidade lingüística e político-social entre os grupos indígenas da Amazônia tornou o processo da conquista difícil para os europeus e desastroso para os índios. Tanto os elementos civis como os missionários portugueses logo fizeram tratados com os chefes indígenas a fim de assegurar relações pacíficas, mas cedo descobriram que esses tratados não eram reconhecidos pelos habitantes das outras aldeias. Em contraste com a conquista do México e do Peru, por um punhado de espanhóis, onde a captura ou a capitulação de uns poucos chefes levaram à subjugação de grandes populações, a conquista dos nativos da Amazônia foi necessariamente uma empresa gradativa. Cada "tribo", praticamente

cada aldeia, tinha de ser conquistada ou atraída pacificamente para a órbita da vida colonial portuguesa. O resultado dessa conquista parcelada foi a rápida desintegração das "tribos" nativas, principalmente ao longo dos principais rios do sistema do rio Amazonas, durante cerca de um século depois da chegada dos portugueses, no começo do século XVII (4).

Como aconteceu no México e no Peru, os portugueses não vieram para o Novo Mundo a fim de trabalhar: vieram à procura de fortuna. Mas na Amazônia não encontraram nem as riquezas das minas de prata de Potosí, nem, como no México e no Peru, milhões de índios para lhes fornecerem mão-de-obra. Também o solo da Amazônia não era próprio para a cultura da cana-de-açúcar como a rica zona da costa nordeste do Brasil, onde, nos tempos coloniais, se formou uma rica sociedade de cultivadores. O melhor que os portugueses puderam fazer, no Amazonas, foi extrair os produtos nativos das florestas tropicais, como madeira de lei, cacau e canela, para vendê-los nos mercados europeus. O negócio não era muito lucrativo em comparação com o comércio que os portugueses mantinham com o Oriente. Os poucos colonizadores atraídos para a região amazônica não dispunham de recursos para comprar escravos na África e foram poucos os negros importados para essa região. Em seu lugar, o colonizador procurava os índios para serviços domésticos, para colher os produtos da floresta e para trabalhar na agricultura a fim de lhe fornecer os alimentos necessários às suas colônias. Nos tempos coloniais eram os índios que "remavam nas canoas, que caçavam e pescavam, que trabalhavam nos misteres domésticos e nos serviços públicos, que criavam gado, que serviam nas forças armadas, que labutavam nos estaleiros", segundo Artur César Ferreira Reis, o

(4) Hoje em dia alguns grupos de tribos indígenas vivem ainda nas localidades afastadas do Vale Amazônico, principalmente nas cabeceiras dos afluentes não navegáveis. Em número, essas tribos indígenas formam uma porcentagem insignificante da população total do Vale. Certamente não excedem 50.000 pessoas no máximo, menos de meio por cento de toda a população da Amazônia brasileira. Algumas tribos, como a dos índios Urubú, que habitam a floresta entre os rios Gurupi e Pindaré a menos de 320 quilômetros de Belém, na embocadura do Amazonas, e a dos Gavriões, no baixo Tocantins, somente agora sentem a influência da sociedade luso-brasileira. O processo de desintegração da tribo e de sua incorporação à sociedade regional amazônica, o qual teve início no princípio do século XVII, prossegue ainda hoje. A história do Amazonas, em muitos aspectos, não é uma questão de seqüência de tempo absoluta, mas uma questão de espaço. Processos que se completaram há longo tempo nas principais artérias do sistema do rio Amazonas ocorrem agora, em suas linhas gerais, no Vale

grande estudioso da história colonial da Amazônia (5). Também as observações de um escritor português do décimo sexto século aplicam-se admiravelmente ao Amazonas do décimo sétimo século. "Tão cedo aquele que pretenda viver no Brasil", escreveu Pedro de Magalhães, "se torne um habitante do país, por mais pobre que seja, desde que possua um par ou meia dúzia de escravos, que lhe custarão algo nas redondezas de dez cruzados, terá os meios necessários à sua subsistência e ao cultivo de alimentos; assim, pouco a pouco, os homens enriquecem e vivem honradamente e com mais conforto do que no Reino (Portugal), uma vez que esses mesmos escravos indígenas, caçando para sua própria subsistência, poupam a esses homens as despesas com o sustento de seus escravos e o seu próprio" (6). Numerosas incursões de caça aos escravos, denominadas resgates, foram organizadas na Amazônia. Penetravam profundamente no interior e voltavam com escravos indígenas capturados, deixando atrás homens, mulheres e crianças massacrados no processo da luta. Tribos inteiras eram rapidamente exterminadas e milhares de índios eram trazidos para a órbita da vida colonial luso-brasileira (7).

A sede de escravos dos colonizadores logo chocou-se, entretanto, com os interesses dos missionários religiosos que chegaram ao Amazonas com as primeiras expedições militares. Os missionários, principalmente os jesuítas, logo estabeleceram aldeamentos em pontos estratégicos, ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes, para os quais atraíram índios de várias tribos. Sob o regime estritamente paternal dos jesuítas, os índios da missão aprendiam catecismo e os rituais da Igreja Católica, novas artes manuais e os costumes do Velho Mundo. Num prazo relativamente curto, milhares de índios dessas tribos transformavam-se em "índios jesuítas" que viviam segundo os preceitos instituídos pelos padres jesuítas, abandonando seus padrões culturais aborígenes. O dogma cristão e o cerimonial católico cedo substituíam sua religião nativa, embora algumas crenças e práticas nativas

(5) *Síntese da história do Pará*, Belém, 1942, p. 48.

(6) *The Histories of Brazil*. Trad. John B. Setson Jr., Nova York, Cortes Society, 1922 (1.ª ed., 1576), p. 41.

(7) Um capitão português, o infame Bento Maciel Parente, foi acusado de ter assassinado 500.000 índios durante suas várias expedições. Isto, com certeza, é um exagero, mas não há dúvida em que tanto ele como seus homens massacraram muitos índios e fizeram muitos escravos. Vide Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, 1938, IV, p. 137.

sobrevivessem junto com a nova religião. Até seus casamentos eram fiscalizados pelos padres a fim de que não contrariassem os preceitos católicos sobre o incesto e a propriedade. Durante algum tempo as missões protegeram os grupos indígenas contra as incursões de caça aos escravos. A Cora de Portugal baixou numerosos decretos proibindo a escravização dos índios e dando aos missionários plenos poderes sobre a população indígena.

Mas o campo de batalha ficava muito longe da Europa e as expedições de caça aos escravos também atacavam as missões jesuítas, levando escravos os cristãos recém-convertidos. Os colonizadores encontraram nas leis várias falhas que lhes permitiam escravizar os índios. Persuadiram a Cora a lhes permitir tornar escravos os "prisioneiros de guerras justas" e aqueles que "saltavam da corda" (isto é, aqueles que eram arrancados das mãos das tribos canibais). Entretanto, logo que esses direitos lhes foram concedidos aumentaram rapidamente as guerras justas e o "canibalismo". Deftontando-se com a necessidade de produzir alimentos para soldados e colonizadores europeus que não tinham inclinação para os trabalhos manuais, os funcionários coloniais portugueses toleravam ou fechavam os olhos para as transgressões da lei e recorriam constantemente ao trabalho forçado, enviando os soldados à procura de índios do sexo masculino para o trabalho nas colônias portuguesas. O padre Antônio Vieira, cujas cartas e sermões fazem parte da literatura clássica brasileira, queixou-se amargamente em suas cartas à Cora de que os missionários, em suas visitas às aldeias indígenas, freqüentemente nelas só encontravam algumas mulheres, crianças e velhos semifamintos. Os homens haviam sido arrastados para o trabalho forçado durante, exatamente, os meses em que deveriam estar plantando as suas roças. Os homens ausentavam-se freqüentemente, escreveu ele, "durante oito ou dez meses do ano — sem a Missa, sem comemorarem um único dia santo, sem (fazerem) a Páscoa, sem (receberem) os Sacramentos e sem poderem plantar suas hortas"⁽⁸⁾. Os jesuítas tudo faziam para proteger os índios, mas, como observa Roy Nash, "os sentimentos pecuniários dos colonizadores haviam sido profundamente atingidos". Era uma guerra "entre os caçadores de escravos brasileiros, que queriam o corpo dos índios, e os jesuítas (e outros missionários), que queriam a sua alma — luta em que o índio americano estava destinado a perder ambas as coisas"⁽⁹⁾.

Decidiu-se a batalha, entretanto, nos meados do décimo oitavo século, quando o marquês de Pombal, que governou em Portugal com poderes quase absolutos durante mais de vinte e cinco anos, despojou os missionários de qualquer poder temporal sobre os índios e ordenou a expulsão dos jesuítas do Brasil. Pombal promulgou uma série de leis destinadas à incorporação dos índios — tanto aqueles que ainda viviam em tribos como os das missões — na vida colonial. Ordenou que os postos das missões fossem transformados em aldeias e vilas. Muitas cidades importantes do Amazonas, como Obidos, Faro e Macapá, tornaram-se, nessa época, colonizações civis. Pombal publicou decretos determinando que a língua portuguesa fosse ensinada em lugar da *língua geral*, uma modificação do tupi, língua nativa dos índios, que os missionários empregavam no ensino de seus índios convertidos. Existia uma política intencional que incentivava a miscigenação entre os europeus e os nativos. Ofereciam-se aos colonizadores portugueses do sexo masculino estímulos especiais na forma de concessões de terra, implementos de graça, isenção de impostos e até cargos políticos, caso se casassem com mulheres nativas.

As reformas de Pombal visavam à assimilação do índio à sociedade colonial e, pelo menos teoricamente, à concessão dos mesmos direitos dos colonizadores aos índios assimilados. Mas a concessão de liberdade ao índio era impossível sem a modificação do sistema econômico e social da Amazônia. Alguém precisava trabalhar, e o colonizador europeu considerava o trabalho manual indígena, feito para escravos. Assim, de uma maneira ou de outra, as indústrias extrativas e a agricultura, que forneciam alimentos à colônia, dependiam da servidão indígena. Foi necessário manter o trabalho forçado durante o regime de Pombal. Baixou-se um decreto, determinando que todos os indígenas capazes, do sexo masculino, entre as idades de treze e sessenta anos, se apresentassem ao diretor oficial da colônia em que viviam, a fim de serem registrados; metade dos homens de cada colônia foi sujeita, durante uma parte do ano, ao trabalho forçado para os europeus e crioulos. A outra metade tinha permissão de permanecer em casa a fim de plantar suas hortas. Esse sistema de controle logo degenerou em uma espécie de trabalho de peões e de dever de servidão. E persistiu na Amazônia a escravidão franca até fins do século XIX, apesar das leis que dispunham em contrário⁽¹⁰⁾.

(8) LEITE, *op. cit.*, IV, 52.

(9) *The Conquest of Brazil*, Nova York, 1926, p. 106.

(10) *Ibid.*, p. 120.

Ao passo que a proteção dispensada pelas missões havia de certo modo restringido a assimilação do índio à vida colonial, as reformas de Pombal e a constante procura do trabalho indígena na Amazônia tiveram como resultado a aceleração desse processo. Por volta de 1821 (*), quando o Brasil conquistou sua independência de Portugal, a população do Vale Amazônico era principalmente constituída por mestiços e o modo de vida da maioria de seus habitantes era essencialmente português, apesar de fortemente influenciado pelo ambiente peculiar da Amazônia e pelas culturas aborígenes que lá se encontravam. Formara-se uma cultura regional, fundamentalmente europeia, em suas principais instituições, mas profundamente influenciada pelo ambiente típico da Amazônia e pelas culturas nativas da região.

As narrações feitas pelos que lá viajaram no século dezoito dão uma idéia do grau a que tinha chegado esse processo de assimilação e aculturação dos nativos da Amazônia. Calcula-se que, em 1852, cingüenta por cento dos habitantes do Vale eram índios e 26 por cento mamelucos, ou cruzamentos de índios e europeus; o resto era constituído por europeus e negros. É evidente, entretanto, que esses "índios" e mamelucos não eram índios no sentido social e cultural. Seu modo de vida era mais ibérico do que aborígene. Conquanto os visitantes do século dezoito se referissem aos "costumes dos índios" e à "vida dos nativos", estão descrevendo, na realidade, os costumes portugueses. A senhora Agassiz, esposa do famoso naturalista suíço, Louis Agassiz, que chefiou uma expedição ao Amazonas, refere-se a "uma horrenda índia velha que executava um ritmo estranho de "se benzer" e atirar beijos dentro de uma mala que continha uma "imagem de Nossa Senhora de Nazaré" (11). H. W. Bates, naturalista inglês cuja narrativa sobre a Amazônia já se tornou clássica, descreve as festas de Santa Terresa, a santa padroeira de Egá, pequena aldeia em que residiu durante meses. Conta-nos a encenação de um drama folclórico, nas vésperas do dia de São João, em que Caypor (*), uma espécie de divindade silvestre, apparece ao lado de imagens cristãs — um costume certamente introduzido pelos missionários para substituir as cerimônias aborígenes (12). A breve mas excellen-

(*) Esta data foi conservada no texto por figurar na edição do original em inglês. Deve, entretanto, ser um erro tipográfico, pois a data de independência do Brasil é 1822. (N. do T.).

(11) *A Journey in Brazil*, Nova York, 1896, p. 181. Grito do autor. (*) Caipora. (N. do T.).

(12) *The Naturalist on the River Amazon*, Londres, Everyman's Library, ed. de 1930, pp. 284 e ss.

te descrição que Herbert Smith faz dos "índios amazônicos semi-civilizados" das vizinhanças de Monte Alegre, no Baixo Amazonas, também mostra a força dos costumes ibéricos (13). Descreve ele casas de adobe em lugar da comprida casa de folhas de palmeira trançada dos tempos aborígenes. A música, a dança e os festejos do dia de um santo a que se refere são os mesmos que ainda hoje se observam em Itá. Os amazonenses davam a "bênção" em bom estilo europeu, oferecendo a mão e dizendo, "Deus te abençoe, meu filho". Biologicamente eram "índios", mas na cultura tinham mais em comum com o mundo luso-brasileiro do que com os índios autóctones que ainda vivem nas florestas isoladas da Amazônia. Desde o século XIX o caboclo da Amazônia vem cada vez mais se aproximando da vida regional e nacional. É hoje cidadão de um Estado nacional e seu modo de vida nada mais é do que uma variedade regional de uma cultura nacional.

A cultura regional de Itá e outras comunidades amazônicas, como já vimos, conserva muitos padrões herdados do índio nativo. Apesar dos esforços dos missionários para transformá-los em católicos, numerosos brasileiros rurais da região amazônica conservam as crenças populares de origem aborígene. Hoje em dia ainda, nos bairros rurais e até mesmo nos distritos da classe mais baixa das cidades do Amazonas, os pajés curam pelos velhos métodos dos índios nativos. Um grande número de termos do tupi foi integrado na língua portuguesa falada pelo brasileiro da Amazônia. As técnicas e as artes da caça e pesca e as crenças populares que giram em torno dessas atividades são de origem indígena. Nessas e noutras esferas da vida amazônica contemporânea, percebem-se as tradições indígenas.

Os traços indígenas que ainda sobrevivem na cultura regional amazônica são principalmente herdados das tribos indígenas de língua tupi. Esses povos, que habitavam praticamente toda a costa do Brasil e que, na época de chegada dos europeus, pareciam estar-se mudando para o interior, ao longo do braço principal do Amazonas, foram as primeiras tribos indígenas com as quais os portugueses tiveram um contato mais prolongado. Era sobretudo com os nativos de língua tupi que os portugueses comerciavam o pau-brasil, contra quem eles guerreavam, e a quem escravizavam durante o primeiro século do período colonial. Os tupis ensinaram os recém-chegados a plantar "novas" culturas, bem como os nomes e a utilidade da flora e da fauna do Novo Mundo. Além disso,

(13) *The Amazons and the Coast*, Nova York, 1879, pp. 371-397.

como escreve Gilberto Freyre de maneira tão pitoresca, "Nem bem o europeu saltava em terra e já seus pés deslizavam por entre mulheres nativas"⁽¹⁴⁾. Os portugueses tinham mulheres e concubinas nativas que deviam ser índias de tribos tupi. Os rebentos dessas uniões, os primeiros brasileiros, criados por suas mães e dominados por seus pais, eram portadores de uma cultura mista — tupi e portuguesa — e em geral falavam as duas línguas. Os mameucos desempenharam papel importante na expansão do controle português sobre a região amazônica e traziam consigo os costumes, os conhecimentos e as crenças que aprenderam com suas mães indígenas.

Além disso, durante o primeiro século após a chegada dos europeus ao Brasil, os povos de língua tupi constituíam a principal preocupação dos missionários católicos. A maioria das descrições de brasileiros nativos foi feita por missionários que escreveram sobre os tupinambás, como eram chamadas as tribos de língua tupi que viviam ao longo da costa. Os missionários, por se terem primeiramente defrontado com os dialetos tupi, e porque os que falavam essa língua devem ter-lhes parecido mais numerosos do que os chamados tapuias (em geral tribos do interior de língua gé), adotaram o tupi como língua intermediária para o ensino da doutrina cristã, da mesma forma por que o *quiché* foi adotado no Peru e o *nawatl* no México. Esses missionários aprenderam a falar o tupi e deram-lhe a grafia europeia. Uma forma generalizada e modificada dessa língua, conhecida como língua geral, foi a utilizada para o ensino e as pregações do Cristianismo em todo o Brasil. Com a língua geral ensinaram-se os nativos de outras línguas, tendo-se ela tornado o idioma dos mestiços índio-europeus e dos indígenas que viviam nos postos das missões e nas colônias europeias.

Em meados do século XIX talvez se falasse mais a língua geral no Amazonas do que o português. Diz Bates que "ao longo do braço principal do Amazonas, em uma área de 4 mil quilômetros fala-se o tupi quase sem nenhuma corrupção"⁽¹⁵⁾. Alfred Russel Wallace comenta que em uma pequena colônia perto de Manaus, "só um deles sabe falar português, todos os outros falam a língua indígena" (isto é, a língua geral). Diz ainda Wallace que nas cidades e vilas mais importantes a língua geral era "empre-

⁽¹⁴⁾ *The Master and the Slaves*, tradução de Casa Grande e Sensala, Samuel Putnam, Nova York, 1946, p. 6.

⁽¹⁵⁾ *Op. cit.*, p. 282.

gada tanto quanto o português", e que no Baixo Amazonas a maioria dos habitantes falava as duas línguas, mas que acima de Santarém, no Alto Amazonas, era o tupi a única língua conhecida. Era também empregada por grupos tribais que, embora conservassem o seu próprio idioma, usavam a língua geral como meio de comunicação com os comerciantes e outras tribos de línguas nativas diferentes⁽¹⁶⁾. Só em fins do décimo nono século substituiu o português a língua geral, tornando-se o idioma da Amazônia, mas até hoje é aquela língua falada em algumas áreas isoladas por índios e mestiços parcialmente assimilados.

Foi através dessa língua que muitas tradições de origem tupi se espalharam pela Amazônia, mesmo em áreas que nos tempos aborígenes não eram habitadas pelo povo tupi. Os conceitos europeus, transmitidos pela língua geral, eram modificados e amplificados com pormenores indígenas durante esse processo. O Deus e o Demônio do Cristianismo receberam os nomes (na língua geral) de Tupã e Jurupari. Ambos absorveram as características dos entes sobrenaturais do mesmo nome. As bruxas e os lobisomens, crenças da Europa medieval, foram rapidamente identificados com os demônios da floresta dos Tupi e tinham, também, seus nomes indígenas. Assim, juntamente com os padrões ibéricos impostos e ensinados à população campesina do Amazonas por seus conquistadores europeus, persistiu na cultura rural de toda a Amazônia brasileira uma coleção de padrões aborígenes. Estes fundiram-se na estrutura da cultura predominantemente ibérica, formando um modo de vida e uma cultura típica da região, perfeitamente adaptados ao ambiente particular da Amazônia.

V

Embora Itá não seja uma cidade importante da Amazônia, sua história não deixa de ser significativa pois que reflete, praticamente, as principais tendências da história do Vale Amazônico. A aldeia é quase tão antiga quanto Jamestown, na Virgínia, Estados Unidos da América. Em 1616 os holandeses estabeleceram um forte, no local em que hoje está situada Itá. Conquistando a região da América em que Itá está situada tenha sido concedida aos portugueses pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, as possessões destes no Novo Mundo, no século dezesseis, não eram

⁽¹⁶⁾ *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro*, p. 168.

muito seguras. Portugal, com uma população de apenas meio milhão de habitantes, tinha, naquela ocasião, um vasto império e um comércio lucrativo com o Oriente. O Brasil foi, naturalmente, negligenciado; sua população nativa era muito esparsa e seus produtos, com exceção do pau-brasil e algumas especiarias, não eram muito procurados na Europa. Além do mais, de 1580 a 1640, durante o período de "cativeiro" em que a coroa portuguesa passou para a família real espanhola, Portugal, para todos os efeitos, fazia parte da Espanha. Por essas razões tornou-se o Brasil presa fácil para os inimigos dos espanhóis. Não dispoñdo os portugueses de potencial humano suficiente e estando a Espanha ocupada em outras frentes mais proveitosas, os ingleses, os franceses e os holandeses invadiram o Brasil. Esses países não só estabeleceram fortes e colônias no Sul do país como, em fins do século dezesseis, os holandeses e os ingleses haviam instalado postos comerciais perto do delta do rio Amazonas e os franceses se entrincheiraram em São Luis, bem ao sul da desembocadura do grande rio.

Em fins do século dezesseis, entretanto, Portugal tomou novo interesse por suas possessões no Novo Mundo, principalmente quando a cana-de-açúcar, plantada na rica terra vermelha da costa nordeste do Brasil, começou a produzir riqueza igual à que lhe proporcionava o Oriente. Os portugueses enviaram uma força armada para "expulsar os estrangeiros". Em 1616 os franceses foram expulsos de São Luis e os portugueses estabeleceram um forte em Belém, na embocadura do delta do Amazonas. Nos anos subsequentes, expulsaram os invasores ingleses que se haviam estabelecido nas margens setentrionais do grande rio, perto de sua embocadura e, em 1623, capturaram o forte holandês de Itá, transformando-o no baluarte português de controle de todo o Baixo Amazonas. Os holandeses tentaram recapturar Itá em 1639 mas falharam e, por volta de 1640, os portugueses haviam restabelecido seu controle completo sobre a região do Baixo Amazonas.

A população cresceu à sombra do forte português de Itá e, em 1639, a colônia recebeu foros de vila. Numerosos índios foram atraídos para a colônia florescente, casando-se os soldados portugueses com mulheres indígenas. Essas famílias indígeno-portuguesas foram a base da população da nova vila. Consta que os missionários carmelitas nela se estabeleceram em 1654. No ano seguinte chegaram os jesuítas. Os dois grupos missionários levaram índios para a colônia e os jesuítas logo estabeleceram "aldeias missionárias" nas redondezas. Faziam da cidade sua base de operações para a fundação de novas aldeias missionárias rio acima.

A pequena vila continuou a crescer, atraindo para sua órbita os índios das missões vizinhas, nem sempre, porém, por meios pacíficos. Diz-se que em 1667 o capitão-mor de Itá tratou de maneira tão brutal um grupo de índios Taconhapé, que tinham sido persuadidos a descer o rio para trabalhar na construção da Santa Casa de Misericórdia em Belém, que eles fugiram floresta adentro e nunca mais reapareceram. Em outra ocasião, esse mesmo capitão-mor ordenou que os índios das missões vizinhas fossem dispersados pela força, fato que constituiu um reflexo da guerra entre jesuítas e colonizadores, estes últimos apoiados pelo governo. Em 1692 os jesuítas foram expulsos de Itá, passando-se para o controle dos irmãos da Piedade a vida religiosa da vila, por serem estes religiosos considerados menos agressivos e poderosos.

A situação de Itá, em uma ribanceira que domina uma extensa paisagem do principal canal do Amazonas, dava-lhe grande importância estratégica. Os barcos que subiam e desciam eram obrigados a parar em Itá para pagar impostos, sendo o forte um ponto de controle eficaz contra possíveis invasões estrangeiras. Em vista de ser a vila ponto de controle, grande parte dos que viajavam pelo Amazonas tinha que lá pousar, e vários a ela se referem brevemente. O cientista francês Charles de la Condamine esteve em Itá durante três dias, em 1743, e recebeu do comandante do forte e de outras autoridades locais as honras devidas a hóspedes ilustres. Em 1758, visitou a vila o Governador Francisco Xavier de Mendonça. Diz ele que Itá era o centro da influência portuguesa no Baixo Amazonas. Para lá também foram atraídos muitos dos índios que antes integravam as aldeias das missões.

No começo do século XIX, a vila de Itá tinha 86 famílias, ou 564 almas. Segundo o famoso cientista alemão, Karl von Martius, que visitou Itá em 1819, sua população, ou era uma mistura da "raça indígena" com portugueses, ou "índios puros". Suas casas eram, em grande parte, construídas com folhas trançadas de palmeira. O lugar parecia isolado e abandonado. Um de seus habitantes comentara com Von Martius que, no tempo do Pai-Tucura (como os índios chamavam o frade capuchinho que lá morava), as coisas eram melhores. A guarnição fora reduzida e as atividades das ordens religiosas suprimidas pelas leis de Pombal. Conquanto haja referências às plantações de cacau e café nas cercanias de Itá, a sua população parecia dedicar-se principalmente à colheita da salsaparilha e do cacau nativo que crescia em abundância nas ilhas do delta, perto da vila.

Em 1842 Itá só possuía duas ruas e duas praças. Como acontecia em outras povoações amazônicas, uma parte da vila era habitada pelos índios e seus descendentes e era chamada de "aldeia". Na outra parte, conhecida como "cidade", moravam os europeus e os mestiços que eram comerciantes, funcionários do governo, donos de terras e artesãos⁽¹⁷⁾. A cidade, evidentemente, cresceu à custa da aldeia, pois à medida que assimilavam a língua e os costumes ibéricos os índios perdiam a identidade e tornavam-se "escravos". Um dos visitantes de Itá, em 1850, calculou sua população em 715 pessoas, das quais 482 eram classificadas de "brancas ou mestiças" e apenas 233 de "escravos" (isto é, indígenas). Os viajantes que pousaram em Itá durante as últimas décadas do século dezanove, fazem apenas leves referências à cidade; esta evidentemente havia perdido sua importância como posto de comércio; consta mesmo que o forte havia sido inteiramente abandonado.

Mas ao findar do século, com o advento da borracha silvestre como importante produto de exportação, Itá parece ter recuperado parte de sua antiga preeminência. De 1900 a 1912 o Vale do Amazonas deteve praticamente o monopólio da produção da borracha. Durante esse período o Vale foi fabulosamente próspero. Houve uma tremenda e dramática corrida ao "ouro líquido"; foi uma verdadeira arremetida pela posse de florestas de seringueiras. Inúmeros habitantes do Nordeste do Brasil, onde as secas ocorriam cada dez ou doze anos, causando a morte de milhares de pessoas pela sede, pela fome, pelas doenças, ou obrigando-as a emigrar, fugiram em busca da Amazônia onde iam trabalhar como seringueiros. O afluxo na Amazônia foi tão grande, em fins do século dezanove, que a população de Manaus, que em 1879 era de 5.000 pessoas, em 1890 atingira 50.000; e em Belém, onde viviam apenas 15.000 pessoas em 1848, em 1890 já se contavam 100.000⁽¹⁸⁾. Calcula-se que de 1850 a 1900 a população do Vale aumentou duas vezes. O dinheiro rolava. Foi construído um magnífico Teatro Municipal em Manaus, a meio caminho do rio Amazonas, onde representavam companhias europeias, afrontando os perigos da febre amarela e da malária. Imitando as casas europeias do campo e da cidade, construíram-se em Belém e Manaus, com a riqueza produzida pela borracha, habitações absolutamente inadequadas ao clima tropical. As pessoas mandavam vir suas roupas

(17) "Quase todas as vilas da Amazônia dividem-se em "cidade" e "aldeia"; a primeira é a vila atual; a segunda, a antiga povoação indígena da qual ela se originou." SMITH, *op. cit.*, p. 118.

(18) Pierre DENIS, *Brazil*, Londres, 1914, p. 358.

do estrangeiro e diz-se até que muita gente mandava suas vestimentas mais finas para serem lavadas em Lisboa. Imperava a jogatina, a exploração dos recém-chegados, a prostituição e a anarquia de toda ordem.

As ilhas do delta, em frente de Itá, possuíam ricos seringueiros cuja produção só era ultrapassada pelos que ficavam à cabeceira dos afluentes do Amazonas e no território do Acre. Itá tornou-se, pois, o centro de um movimentado comércio sempre estimulado pelos altos preços da borracha. A população cresceu para mais de duas mil pessoas. Abriam-se vinte armazéns gerais. No auge dessa prosperidade, de 1909 a 1910, foi fundado e editado um semanário. Os anúncios no *Correio de Itá*, como se chamava o jornal, eram sinal de prosperidade, da intensidade de sua vida social e da preocupação dos moradores da cidade com o mundo exterior durante esse período. Casas comerciais como a Bola de Ouro, o Bazar e a Casa Gato, anunciavam mercadorias recentemente chegadas de Belém e do estrangeiro. Uma barbearia chamada "15 de Novembro" anunciava "tônicos capilares da mais fina qualidade" e advertia a seus fregueses que não atendia a chamados em casa, mas que "aceitavam-se assinaturas mensais, pagas adiantadamente" para barbas e cortes de cabelo. Todas as semanas o professor Antenor Madeira, em tom sisudo, oferecia lições particulares de português, francês, latim, aritmética, álgebra, geografia e história. Escreviam-se editoriais sobre os perigos da crescente independência das mulheres nos Estados Unidos e a posição do Brasil no cenário internacional. Um poeta local, sob o pseudônimo de Tula, publicava versos seus quase todas as semanas. E, pelos noticiários, era evidente que os moradores de Itá se interessavam vivamente pela política local e estadual. Certo editorial acusou uma mulher, que pertencia a uma irmandade local, de suplicar aos santos que castigassem os chefes políticos da oposição. Pedia o editorial que se deixassem os santos fora da política e exigia do padre da paróquia que se abstivesse de questões políticas em seus sermões.

As notas sociais do *Correio de Itá* registram aniversários, chegadas e partidas de personagens importantes e suas famílias, e recepções oferecidas a visitantes ilustres. Em dezembro de 1909, por exemplo, o intendente (que corresponde ao prefeito) de Itá ofereceu um banquete de cinquenta talheres, em que foram servidas duas espécies de vinho e *champagne* em homenagem ao anfitrião do senador Antônio Lemos, o político de maior projeção do Estado do Pará. Em janeiro de 1910, o proprietário da Casa

Gato, coronel Filomeno César de Andrade, ofereceu uma festa de aniversário a suas duas filhas, em que houve "danças e jogos de prendas até tarde da noite". As pessoas idosas que se lembram desses tempos de Itá, falam dos bailes realizados nos palacetes de dois barões da borracha daquela época. Nesses bailes uma orquestra tocava num grande vestíbulo que dava para dois salões de danças, um que abrigava os convidados de "primeira classe" e o outro os da "segunda classe", ou "o povo". No salão da primeira classe, serviam-se *champagne*, vinhos, cerveja, licores importados, bolos finos e uma grande variedade de doces brasileiros. No outro salão, as bebidas eram cachaca e ocasionalmente cerveja e, em lugar dos bolos, serviam-se beijos e broá de polvilho. Frequentemente, entretanto, passandó por cima das diferenças de classe, serviam-se a todos beiju chica e guaraná, além de outros quitutes regionais. Apesar de suas veleidades de cosmopolitismo, a classe mais alta de Itá era de formação regional.

Os velhos contam ainda histórias da vida alegre de Itá daqueles tempos. Havia várias casas de jogo onde o seingueiro das ilhas podia gastar seu salário. E, tal como a maioria das cidades amazônicas da idade de ouro da borracha, Itá vangloriava-se de possuir pelo menos uma casa de prostituição. Os velhos de hoje narram a vida noturna alegre que levavam em sua mocidade. Passavam longas noites, conversando e bebendo, na sala comum dessas casas de liberação — as casas de prostituição no Brasil foram sempre o centro de reunião da rapaziada. Relembrem serenatas que se prolongavam pela noite adentro. E todos concordam em que a diferença entre o ritmo da vida social de Itá daqueles tempos e o de hoje é a mesma que existe entre a noite e o dia. A população hoje se diverte em pequenas festas e danças mas queixa-se de que a cidade está morta e que todos os jovens alheios mudaram-se para Belém.

Entre os vários grupos estrangeiros que foram para o Amazonas no principio deste século, atraídos pelo comércio da borracha, havia numerosos judeus do Norte da África. Não se sabe ao certo quantos ficaram na Amazônia, mas fundaram uma sinagoga em Belém e abriram casas comerciais em várias cidades amazônicas. Itá tornou-se um centro conhecido entre os imigrantes judeus. O *Almanaque do Pará*, uma publicação oficial, declara que já em 1889, seis das quatorze casas comerciais de Itá eram propriedades de hebreus. Nomes como Aben Athar, Levi, Bensabeth e Azulay eram importantes nos negócios da comunidade, no começo do século. Os judeus tinham papel preeminente na vida de Itá.

Eram comerciantes "fortes" e dois hebraicos foram prefeitos da cidade. Hoje, um dos mais prósperos filhos de Itá, de quem todos se orgulham, é descendente de uma dessas famílias judaicas. Entretanto, os seus descendentes contam casos de hostilidades ocasionais contra os judeus daquela época. Jovens companheiros de bebida gostavam da brincadeira de "dar uma sova nos hebreus"; um desses homens mais velhos contou-nos, com certo regozijo, a história da pilagem do Bazar dos judeus por um bando de jovens embriagados. Essa hostilidade, entretanto, parece ter sido influenciada pelos acirrados sentimentos políticos da época, pois que nosso narrador lembra-se ainda de que os jovens eram instigados por um político cuja eleição havia sido combatida por um judeu proprietário de uma casa comercial. Hoje o cemitério dos judeus, sempre muito bem conservado e limpo, é uma lembrança das sólidas famílias judaicas que outrora lá viveram. Dona Débora, viúva do último dos comerciantes judeus, encarrega-se da sua manutenção. É ela hoje a única judia ortodoxa que vive na cidade; seus filhos e filhas casaram-se todos na religião católica.

Foi durante os últimos anos do surto da borracha que se iniciou a construção do fabuloso edifício da prefeitura de Itá. Um engenheiro italiano foi contratado para desenhar o projeto e fiscalizar a construção. Deveria ter dois andares e uma escada majestosa descendo do segundo andar até à praça pública, defronte do rio Amazonas. Por volta de 1912 sua estrutura estava concluída. Segundo a lenda local, o edifício não foi acabado então porque o prefeito havia desapropriado para a prefeitura o material de construção que vinha sendo acumulado para erigir a igreja de São Benedito, de quem a população de Itá se tinha tornado profundamente devota. "O santo pôs uma maldição no prédio", dizem ainda hoje os moradores da cidade. Sem dúvida, o santo foi muito ajudado pelo colapso da borracha, em 1912, que pôs um fim a essas extravagâncias administrativas e causou o desaparecimento da maioria dos estabelecimentos comerciais da localidade.

VI

O colapso da indústria da borracha na Amazônia foi um choque para os habitantes do Vale. Durante os anos de prosperidade, haviam sido otimistas. A todos parecia que o Todo-poderoso tinha concedido uma benção especial àquela região dando-lhe o "ouro negro". Até o clima tropical era descrito como particular-

mente favorável ao homem e superior ao da fria Zona Temperada. Em 1909 os homens da Amazônia usavam proclamar: "Não precisamos nos preocupar com as plantações de borracha que surgiram na Ásia. As condições climáticas, especiais, do Vale Amazônico, o novo sistema de beneficiamento de nosso produto, que atualmente está sendo aplicado com tanto êxito às nossas colheitas da *Hevea*, as imensas extensões de nossas regiões seringueiras, algumas ainda inexploradas e, finalmente, as inúmeras necessidades da Indústria moderna, nos permitem fazer pouco caso do que os outros estão realizando no mesmo setor. Com efeito, se não considerássemos um dever acompanhar as descobertas científicas relacionadas com a borracha da Índia, poderíamos perfeitamente ignorar por completo as plantações estrangeiras"⁽¹⁹⁾.

Em 1912, como todo o mundo sabe, desfez-se a ilusão. Alguns anos antes, Henry Wickham Steed havia roubado sementes do Brasil para levar a Kew Gardens, em Londres. Foi dessas plantas tenras que nasceram as plantações de borracha de Ceilão e da Maláia. A princípio as plantações do Oriente não prosperaram muito; houve dificuldades na adaptação das mudas brasileiras ao ambiente asiático. Mas, em 1910, essas plantações orientais começaram a produzir resultados. Em virtude de várias modalidades de plantação, cultivou-se uma seringueira que produzia mais látex do que a *Hevea brasiliensis* nativa. No Oriente a mão-de-obra é mais barata e abundante. Em 1910, o Oriente produziu apenas 9 por cento da produção mundial de borracha; mas, em 1913, sua produção alcançou a do Vale Amazônico. E, nos anos que se seguiram, as plantações orientais gradativamente ultrapassaram as do Amazonas, tanto na produção quanto nos preços.

Depois de 1912 desmoronou-se toda a estrutura econômica da Amazônia, e desapareceram o otimismo e a ostentação dos anos de prosperidade. A maioria das casas comerciais de Belém e Manaus arruinaram-se com o colapso financeiro de 1912 e uma série sucessiva de desastres econômicos conseqüentes atingiu os comerciantes rurais e seus seringueiros. Todo o sistema comercial, superdesenvolvido e totalmente dependente de concessões de crédito, era extremamente vulnerável. Os postos de comércio foram abandonados ou prosseguiram em suas atividades, mas com estoque reduzido. Os seringueiros tiveram permissão para abandonar as plantações de borracha. Muitos deles voltaram para o Ceará, outros

estabeleceram-se nas terras dos comerciantes como pequenos lavradores e uns poucos supriam à sua existência continuando a extrair borracha e outros produtos, como a castanha-do-pará, que alcançavam melhor preço. As comunicações com a Europa, a América do Norte e o Sul do Brasil tornaram-se menos frequentes. O teatro Amazonas de Manaus foi fechado e as utilidades públicas de Belém e Manaus foram-se deteriorando com o tempo. A população de várias pequenas cidades definiu-se repentinamente, porque as pessoas debandavam em busca de trabalho, ou voltavam para o Nordeste. Em muitas dessas aldeias esvaziaram-se as casas, que eram abandonadas. Em breve as ruas ficaram coalhadas de estruturas que caíam aos pedaços, abandonadas, e a população rural, das redondezas das cidades e vilas, voltou a viver na solidão.

O Vale Amazônico, tão próspero e que parecia ter um futuro tão brilhante durante a primeira década do século, tornou-se rapidamente isolado e atrasado. Um pessimismo profundo tomou conta da região e refletiu-se na atitude de seus habitantes. Esse pessimismo, por sua vez, influenciava os forasteiros que visitavam o Vale. "A Amazônia", escreveu um talentoso ensaísta da região, "tem sido até agora a vítima principal de sua própria grandeza"⁽²⁰⁾. Seu atraso foi explicado como "não da culpa do homem, mas do ambiente (físico)"⁽²¹⁾. As condições sanitárias, que, com a falta de medicamentos, naturalmente, se tornaram piores no interior, pareciam constituir um problema insolúvel. O abandono e o isolamento econômicos foram levados à conta das muitas dificuldades criadas por Deus como parte do ambiente amazônico.

Os anos de 1912 a 1942 foram anos de amargura para Itá, como para grande parte do Vale Amazônico. A administração política que lá se estabeleceu logo depois do colapso da borracha vendeu todo o material de construção que havia sido acumulado para a construção da prefeitura. Até mesmo parte da estrutura concluída foi demolida para ser vendida e transformada em dinheiro. Numerosas famílias mudaram-se da vila logo depois de 1912. Os comerciantes fecharam suas lojas e deixaram a cidade, falidos ou desanimados. A população rural da comunidade abandonou a extração da borracha e voltou à pequena agricultura. A população da vila diminuiu rapidamente e, em 1920, só viviam lá trezentas pessoas. O caminho de carro de bois, que ligava a vila

(19) *Album do Estado do Pará*, compilado a pedido do Dr. Augusto

Montenegro, governador (1901-1908), Paris, 1910, p. 182.

(20) Alfredo Ladislav, *Terra Imatura*, Rio de Janeiro, 1933, p. 29.

(21) Vianna Moog, *O ciclo do ouro negro*, Porto Alegre, 1936, p. 81.

às cabeceiras dos riachos próximos, foi abandonado e logo se cobriu de vegetação. O sistema de iluminação a gás que iluminava as ruas durante os anos áureos foi deixado ao abandono. As casas e os edifícios públicos ficaram vazios e logo começaram a desmoronar, por falta de proteção contra o incansável trabalho dos cupins.

Em 1929, quando dois jornalistas de Belém visitaram Itá, a vila havia atingido as profundezas da decadência e do abandono. Aquela tempo, quase podia ser chamada de cidade fantasma. As crônicas dos colonistas publicadas na *Folha do Norte*, principal jornal de Belém, referem-se ao perigo que se corria ao atravessar a prancha que levava ao desembarcadouro municipal. Faltavam algumas tábuas e outras estavam podres, e toda ela oscilava perigosamente. Um desses observadores, escritor conhecido que se assinava "João da Selva", chamou Itá de "ex-cidade onde nas ruas vêm-se montes de casas em ruínas e outras que se vão lentamente desagregando". Referindo-se à prefeitura diz que o edifício que serve de "prefeitura" no momento "nem ao menos merece a classificação de casa em decadência, pois que está literalmente caindo aos pedaços". Outro jornalista acrescenta que o mesmo edifício não era em nada melhor do que um "estábulo de cabras". O prédio que um dia abrigara a usina de gás, escreveu João da Selva, nada mais era do que "quatro paredes que o vento não quer descobrir para deixar que o céu seja testemunha do que aconteceu lá dentro".

No salão em ruínas do que outrora fora uma bela residência, notou João da Selva uma harpa com algumas cordas e os restos de um piano de cauda meio destruído pelo cupim; a sala que encerrava essas "recordações da civilização" estava servindo de estábulo para uma vaca. Descreve ele sua caminhada ("Que mais havia para se fazer?") por uma vereda tortuosa para chegar a "o que eles chamavam de rua Terceira". Ali chegando mostraram-lhe os destroços de "um coche fúnebre de primeira classe, tão bom quanto os da Santa Casa de Belém, que algum prefeito havia adquirido, compadecido dos pobres defuntos que eram levados para o cemitério em padiolas ou em redes". Com certeza o coche era muito largo para passar pela senda que levava ao cemitério e que, depois do colapso da borracha, não fora mais alargada. Agora, novamente, uma rede amarrada a duas varas leva para seus túmulos a gente de Itá. João da Selva ansiava por deixar a vila, mas não era fácil fugir. Nos velhos tempos, todos os vapores fluviais paravam em Itá, mas, agora, o "Moacyr", navio

em que pretendia viajar, descia majestosamente o Amazonas sem se dar ao trabalho de parar.

Nem todas as cidades da Amazônia chegaram a uma tal decadência, mas a maioria das comunidades da região sofreu, de uma maneira ou de outra, os efeitos do abandono econômico em que ficou o Vale. Em quase todas as cidades a população declinou. O sistema de transportes, eminentemente fluvial, foi lentamente se desagregando devido à falta de substituição do equipamento gasto, e a comunicação entre os vários centros tornou-se menos freqüente. Os navios que vinham da Europa e do Sul do Brasil para Belém e Manaus eram cada vez mais raros, diminuindo assim o contato com o mundo exterior. Esvaziaram-se os cofres estaduais e municipais, pois que fora a borracha sua principal fonte de recursos. As utilidades públicas de numerosas cidades foram deixadas ao abandono e as escolas rurais fecharam por falta de professores. Até mesmo as cidades de Belém e Manaus sentiram os efeitos dos estragos durante esse período. Quando a Segunda Guerra Mundial trouxe para o Brasil viajantes de toda parte, na cidade de Belém, por onde eles passavam, o sistema de energia elétrica, de propriedade dos ingleses, estava em condições tão precárias que não havia força suficiente para fazer andar os bondes. A electricidade, aliás, faltava durante horas seguidas quase todas as noites. As ruas de Belém estavam esburacadas e o sistema de esgotos, que nunca fora concluído, parecia mais um criadouro de mosquitos do que um mecanismo para a eliminação de dejetos. Os telefones usados em Belém ainda eram do antiquado tipo de manivela. Durante esse período de 1912 a 1942, houve na Amazônia brasileira pequenos intervalos de desafogo, graças às atividades esporádicas de algum político entérico, a auxílios do governo federal ou ao aumento de preços de um ou outro produto florestal, mas, de maneira geral, foi uma época de isolamento, de lenta desagregação e de miséria crescente.

Mas a Segunda Guerra Mundial inaugurou uma nova era no Vale Amazônico. Quando as plantações de borracha do Oriente caíram nas mãos dos japoneses, os aliados voltaram-se desesperadamente para a região amazônica em busca de borracha natural. Enormes somas de dinheiro e esforços consideráveis desencadearam uma campanha pelo aumento da produção da borracha. A Companhia de Desenvolvimento da Borracha, um órgão do governo dos Estados Unidos, criado durante a guerra, trabalhou em conjunto com o governo brasileiro a fim de melhorar os meios de comunicação e transporte, facilitando a importação de material

necessário à extração da borracha, concedendo crédito aos produtores, bem como a outros empreendimentos destinados a aumentar a produção. Aproveitando-se de uma temporada de seca no árido Nordeste, numerosos retugiados foram levados para o Vale Amazônico para engrossar a mão-de-obra na extração da borracha. A borracha bruta era transportada por via aérea, de Manaus para os Estados Unidos. Uma infinidade de técnicos, muitos dos quais haviam adquirido grande experiência nas plantações do Oriente, afluíram para Belém e Manaus e espalharam-se pelo Vale. Não foi um sucesso, entretanto, a campanha da borracha dos tempos de guerra. A produção da borracha da Amazônia brasileira que era de cerca de 19.000 toneladas em 1940, em 1944, havia aumentado para apenas cerca de 25.000 toneladas.

O fracasso do programa de desenvolvimento da borracha foi devido a várias causas. Em primeiro lugar, a própria natureza da indústria de borracha bruta cria dificuldades ao seu desenvolvimento. As árvores ficam muito distantes umas das outras na floresta, o que torna a extração do látex um trabalho árduo e às vezes exaustivo. Em segundo lugar, a abertura de novas (ou a reabertura de velhas) estradas nos seringais da Amazônia, requer um grande conhecimento do terreno e do processo de extração da borracha selvagem. Os trabalhadores inexperientes, trazidos do Nordeste e de outras regiões do país, não tinham a prática do caboco da Amazônia e eram incapazes de abrir estradas que facilitassem a grande produção. O tempo era escasso e os técnicos e administradores do Sul do Brasil e do estrangeiro não compreendiam a sociedade amazônica. Desconheciam os incentivos próprios a estimular a população rural do Amazonas a despendar maiores esforços e não compreenderam a força tradicional do sistema comercial da Amazônia, que consideravam muito deficiente e explorador e, portanto, uma barreira à grande produção da borracha.

Entretanto a campanha da borracha proporcionou muitos benefícios à Amazônia brasileira. Os preços subiram bastante e a população já podia comprar alguns artigos manufaturados que eram importados pela região. O governo brasileiro demonstrou novo interesse pelo Vale. Em 1940, em um discurso pronunciado em Manaus, já o presidente Getúlio Vargas prometera que as necessidades da área constituiriam assunto de interesse nacional e, com o advento da guerra, cumprindo sua promessa, determinou importantes medidas nesse sentido. Em 1942 foi estabelecido o sesp, em virtude de um acordo internacional entre o Brasil e os Estados Unidos e como parte do esforço de guerra. Uma das partes

mais importantes do programa geral do sesp era o gigantesco programa de saúde pública na Amazônia brasileira. Em 1949 o sesp havia estabelecido postos de saúde em trinta cidades amazônicas e hospitais em Breves e Santarém, dois centros importantes do Baixo Amazonas. Além de proporcionar assistência médica a grande parte da população amazônica o sesp instalou sistemas de abastecimento de água em várias comunidades da região, construiu mais de 8.000 fossas sanitárias em todo o Vale e construiu uma rede de valas e canais de esgoto, em Belém e nas suas redondezas, que não só proporcionaram à cidade a recuperação de terras como proteção contra a malária. O sesp instituiu ainda um serviço domiciliar, permanente, de desinfecção com ddr que, desde 1948, vem protegendo cerca de 40.000 casas e edifícios públicos de 146 comunidades.

Esse grande programa de saúde pública, a princípio financiado pelos Estados Unidos e o Brasil, é agora exclusivamente custeado pelo último. Um pequeno grupo de técnicos norte-americanos ainda permanece no quadro de funcionários do sesp, no Vale Amazônico, na qualidade de consultores, mas em várias cidades da região encontram-se hoje inúmeros médicos sanitaristas brasileiros que ostentam, nas paredes de seus escritórios, fâmulas das Universidades de Michigan, Colúmbia e John Hopkins e diplomas de Doutores em Saúde Pública. São os homens que o sesp mandou estudar nos Estados Unidos. E, onde quer que se vá, encontram-se sanitaristas formados nas novas faculdades de São Paulo e Rio de Janeiro. O sesp e outros programas, mantidos pelo Instituto de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, são hoje considerados, em toda a América Latina, modelos de execução do programa do Ponto Quatro.

Já em 1943, manifestaram-se em Itá os efeitos do novo interesse, nacional e internacional, pelo Vale Amazônico. Não sendo embora um grande centro populoso, sua situação estratégica, às margens do braço principal do Amazonas, é extremamente vantajosa. Por constituir um centro excelente, através do qual se podia ter acesso a uma numerosa população, espalhada pelo Baixo Amazonas e na região do delta, em 1943, o sesp instalou um posto de saúde em Itá. Inicialmente, mandou-se para lá um técnico em laboratório para colher mosquitos e distribuir Atebrina, a droga anti-malárica mais eficaz daquela época. Logo a seguir também lá chegaram um médico, um enfermeiro e um inspetor de saúde

pública, que instalaram um posto em uma das poucas casas de tamanho regular que ainda permaneciam de pé. Em 1944 construiu-se um edifício moderno para abrigar o posto de saúde e estacionou-se em Itá uma lancharia a motor Diesel para transportar os médicos em suas visitas às vilas e cidades vizinhas. A escolha de Itá para sede do posto de saúde aumentou-lhe a importância e, aos poucos, foi crescendo a sua população.

O sesp promoveu uma série de inovações. Construiu fossas sanitárias em mais de 90 por cento das habitações da vila. Um inspetor sanitário conseguiu convencer a população a limpar os seus quintais arrancando-lhes o mato. De três em três meses o sesp envia uma turma para expurgar com DDT todas as casas e edifícios públicos e os principais focos de mosquitos nas vizinhanças da cidade foram destruídos. Os casos de malária são agora raros entre os habitantes do lugar. Em 1942, 16 por cento das 354 pessoas examinadas apresentaram resultado positivo; em junho de 1944, menos de um por cento de 337 exames deu resultado positivo para malária. Itá, que foi outrora famosa no Amazonas por suas graves epidemias, quase anuais, está hoje, praticamente, livre da malária.

No espaço de dois anos (1944-1945), 6.329 pessoas foram atendidas no dispensário do sesp; foram administradas 1.069 vacinas contra a varíola (100 por cento da população da vila e muitos dos distritos rurais de cidades vizinhas) e 469 vacinas contra o tifo. Criou-se um clube de saúde para as crianças das escolas a fim de nelas se inculcarem hábitos higiénicos modernos. Folhetos, cartazes, palestras de médicos, projeções de diapositivos e visitas periódicas da "visitadora" (nome dado às auxiliares de enfermeiras formadas pelo sesp) são meios utilizados para educar os habitantes de Itá dentro dos preceitos modernos de higiene e lhes fazer compreender as vantagens do programa de saúde pública. As curiosas (parteiças) foram convidadas a visitar o posto de saúde a fim de receberem instruções sobre os princípios de higiene que devem seguir ao realizarem os partos, e de receberem gaze e instrumentos esterilizados, bem como o equipamento simples de que necessitam para prestar serviços às suas pacientes. A maioria da população de Itá ainda se abastece de água, tanto para beber quanto para os usos diversos de suas casas, nos rios e em alguns poços. Tanto uma como outra dessas fontes foi condenada pelo sesp. Entretanto a população da vila tem esperanças de construir brevemente uma rede de abastecimento de água, como já possuem outras cidades do Amazonas, por intermédio de um plano de coope-

ração com o sesp. Em 1948 o sesp já fazia parte da vida da comunidade; tornara-se uma necessidade para sua gente. Quando circularam boatos de que o serviço ia fechar porque o governo dos Estados Unidos talvez não renovasse seu contrato com o Brasil para continuação do serviço cooperativo de saúde pública, houve grande inquietação. Os habitantes de Itá estavam indignados por perderem seu médico e os benefícios do posto de saúde. Criticaram tanto o governo federal de seu país, quanto a política dos Estados Unidos que, como diziam, eram apenas "amigos em tempos de guerra".

Os altos preços da borracha e, conseqüentemente outros produtos, durante a Segunda Guerra Mundial, também estimularam outros setores da vida de Itá, além da saúde pública. Os impostos criados para as exportações de borracha e de coco de babaçu aumentaram as rendas da municipalidade. Em conseqüência, com exceção da pavimentação de cerâmica, foi finalmente concluída, em 1947, a construção do edifício da prefeitura. Trinta anos depois, a vila de Itá repetia sua louca ostentação. As despesas com as obras da prefeitura deixaram a municipalidade de tal forma endividada que as rendas provenientes da arrecadação de impostos foram hipotecadas por vários anos. Contudo, o governo municipal descobriu meios de reunir fundos para consertar o embarcadouro, para construir os bangalôs duplos já mencionados e para pagar os trabalhadores que, de tempos a tempos, arrancavam o mato das ruas. O governo federal construiu uma escola destinada a aulas noturnas para adultos que, entretanto, estava sendo utilizada como escola primária. Com a acumulação de presentes oferecidos pelos devotos de São Benedito, a igreja foi reformada. Havia também esperanças de se substituir o gerador termoeletrico que havia sido instalado vários anos antes e já não mais funcionava, por outro, Diesel. Em 1948, a melhoria das condições de vida atraiu novamente para a cidade alguns de seus antigos habitantes; de uma pequena população de menos de 300 pessoas, em 1930, passara Itá a abrigar 500, em 1948 e mais de 600, em 1950.

Apesar de alguns melhoramentos, entretanto, Itá ainda é uma comunidade atrasada, decadente e isolada. Em 1948 não possuía telégrafo nem estação de rádio; a "Amazon Cable Company", que outrora mantivera uma agência na vila, fechara suas portas. Um hidroavião pvy da Panair do Brasil parava lá uma vez por semana quando subia o rio, vindo de Belém, e uma vez por semana quando descia de Manaus, para entregar correspondência e, vez ou outra, deixar um passageiro. A maioria dos navios da snapr, uma com-

panhia de navegação fluvial do governo federal, parava em Itá e, ocasionalmente, a cidade recebia a visita de algum vapor de companhias particulares. Durante um período de três meses, doze navios fluviais pararam em Itá para entregar e apanhar correspondência, descarregar mercadorias e carregar borraça e alguns outros produtos de exportação. Tendo-se em vista seu parco comércio e a escassa correspondência que entra e sai da vila, esses meios de comunicação parecem-nos mais do que suficientes. Em condições normais, apenas umas quarenta cartas são recebidas e mais ou menos a mesma quantidade é despachada pela agência do correio, no espaço de um mês. A maior parte da correspondência recebida é destinada aos vários funcionários do governo e às casas comerciais e a correspondência expedida consiste, principalmente, de relatórios oficiais. O movimento de mercadorias que entram e saem de Itá é pequeno; porque a maior parte das exportações do município é despachada dos postos de comércio instalados ao longo do rio, diretamente para Belém.

O atraso de Itá reflete-se no pequeno número de pessoas que lá sabem ler e na precariedade de seus meios de educação. Em 1948 apenas duas pessoas recebiam jornais ou revistas, apesar de que estes eram emprestados a cerca de umas dez outras. Mais de 40 por cento da população da cidade e cerca de 80 por cento da população rural da comunidade eram totalmente analfabetos: os que sabiam ler correntemente formavam apenas um punhado. Do que se passava pelo mundo exterior pouco se conhecia e não havia mesmo qualquer interesse em conhecer; o prefeito tinha um rádio de pilha e todas as noites cinco ou seis pessoas reuniam-se à porta de sua casa para escutar as notícias do Rio de Janeiro. Além do mais, o sistema escolar poucas esperanças oferecia para um público mais esclarecido ou ilustrado. Em todo o município, de mais de sete mil habitantes, existiam sete escolas primárias com uma única sala de aulas, cada uma com um professor. Duas dessas escolas estavam situadas na comunidade de Itá — uma na vila e outra na pequena povoação de Jocojó. As professoras — pois eram mulheres — não se tinham formado na escola normal do Estado; ambas tinham como principal credencial para ensinar, a capacidade de ler e escrever. Essas duas escolas primárias da comunidade de Itá, como todas as escolas primárias do Brasil, são mistas. Embora no Brasil o curso primário seja de cinco anos, a escola de Itá só fornece os primeiros três anos. As duas professoras não podem ensinar o quarto e o quinto. Em 1948, sessenta alunos (26 meninos e 35 meninas) matricularam-se na escola da

vila, mas a frequência média era de apenas 40 ou 50. A escola de Jocojó tinha 36 alunos inscritos, mas a frequência diária nunca ia além de 20 ou 25. A maioria das crianças em idade escolar (de 7 a 12 anos) das duas povoações estava matriculada, mas poucas terminaram o curso de três anos ou, mesmo, sequer aprenderam outra coisa além de escrever seus nomes ou de penosamente soletrar uma simples frase. Apenas uma criança recebeu o "certificado" de terminação do curso em 1946 e duas em 1947 (22).

O sistema escolar de Itá é, teoricamente, regulamentado pela Secretaria de Educação do Estado do Pará. Na realidade, as escolas são raramente fiscalizadas, quando o são, e são dirigidas mais ou menos segundo as idéias e os caprichos das duas professoras. A escola municipal funciona cinco dias na semana, de 8 horas da manhã ao meio-dia; o horário, entretanto, é um pouco incerto porque o relógio da professora pára muito frequentemente e quase nunca sincroniza com os outros relógios de Itá. No meio do ano, em julho, há umas pequenas férias; as longas duram de dezembro até meados de fevereiro. Em junho de 1948 a escola municipal estava quase completamente desprovida de material escolar, mas em agosto, finalmente, chegou de Belém um sortimento que há muito vinha sendo ansiosamente esperado. Dele constavam 26 cartilhas, 27 tabuadas, 12 lápis, 11 canetas, 20 penas, 7 envelopes, 1 borraça, 1 mata-borrão, 1 pacote de giz, um vidro pequeno de tinta vermelha, 60 folhetos educativos, 72 folhas de papel de escrever e um livro de frequência para o professor. Esse material deveria suprir 60 alunos durante todo o ano e ainda tinha que ser dividido com a escola de Jocojó. Além disso, em 1948 nenhuma das professoras, havia cinco meses, recebia os seus vencimentos. A professora municipal ameaçava despedir-se. Teoricamente, ensinam-se nessas escolas leitura, ortografia, aritmética, gramática portuguesa e "noções gerais de geografia", mas, como a professora municipal, em 1948, era também a beata da localidade que se dedicava aos cuidados da igreja, sempre que possível ensinavam-se também orações e histórias das vidas dos santos.

Essa situação é mais ou menos a mesma em toda a Amazônia brasileira. O Estado do Pará, com uma população de mais de 900.000 pessoas, em 1936, tinha apenas 81.592 crianças registradas em escolas primárias — cerca de um terço das crianças em

(22) A população rural da comunidade, com exceção de Jocojó, não possuía qualquer meio de educação. Mais da metade das duas mil pessoas da comunidade era totalmente privada de qualquer oportunidade de instrução.

idade escolar (7 a 11 anos). Nesse mesmo ano, apenas 3.000 crianças completaram o curso primário. Em todo o Estado só existiam seis escolas secundárias, todas localizadas em Belém, e, com exceção de uma, dirigidas por instituições religiosas ou particulares. Como já dissemos acima, mais de 60 por cento da população do Vale são analfabetos e é evidente para qualquer um que conheça intimamente os distritos rurais, que muitas dessas pessoas classificadas de alfabetizadas são na realidade "semi-analfabetos" que apenas conseguem ler com muita dificuldade e mal podem assinar o nome. A menos que se proporcionem maiores oportunidades educacionais a Itá e outras comunidades amazônicas, essa região permanecerá nas mesmas condições de atraso. Não se pode esperar o êxito permanente de um programa de saúde pública, como o que está sendo executado pelo SESP, ou de qualquer outro programa de desenvolvimento, a não ser que se eleve o nível da educação dos habitantes do Vale.

Mas Itá é atrasada de várias outras maneiras. O sistema econômico, tradicionalmente predatório, do Vale Amazônico ainda prevalece em Itá, como na maioria das zonas rurais do Vale. Sua população vive ainda da extração da borracha e outros produtos naturais da floresta, ou das velhas técnicas indígenas de agricultura que consistem na derrubada e queimada. Na realidade, a agricultura é tão pouco desenvolvida na comunidade, que grande parte dos alimentos básicos tem que ser importada. Itá, além de feijão, arroz, açúcar, café e conservas, importa ainda grande quantidade de farinha de mandioca que constitui a base da alimentação de sua gente. Quando sobem os preços da borracha ou de qualquer outro produto de extração, a agricultura, freqüentemente, é abandonada quase por completo. Os seringueiros vivem de conservas e secos, como peixe e carne seca, feijão e arroz, importados a preços elevadíssimos do Sul do Brasil. Quase todos os artigos manufaturados, desde fósforos e agulhas, até qualquer espécie de maquinaria, precedem do Sul do país ou do estrangeiro. O transporte é lento, ineficiente e caro. Os carregamentos procedentes do Rio de Janeiro ou de Santos levam de um mês a seis semanas para chegarem a Belém, na embocadura do rio Amazonas, e muito mais, ainda, para atingirem Itá. Os artigos manufaturados e os alimentos importados são, por conseguinte, extremamente dispendiosos. A idéia exagerada que têm os comerciantes locais do "lucro normal" e os preços relativamente baixos pagos pelos produtos florestais tornam esses preços ainda mais altos para o seringueiro ou o lavrador de Itá. A estrutura econômica de Itá, como a da maio-

ria do Vale Amazônico, é ainda orientada para exportação para os mercados estrangeiros, como no passado. Como acontece na maior parte das regiões coloniais do mundo, essa orientação priva o povo das necessidades básicas da vida, dirigindo seus esforços para a produção de matérias-primas para a exportação em lugar de concentrá-los, na produção de meios de subsistência. O resultado, principalmente durante os períodos em que essas matérias-primas sofrem uma baixa de preços, é o baixo padrão de vida — até mesmo a miséria.

Do passado histórico de Itá e de toda a região, surgem as razões fundamentais de seu atraso relativo. Uma cultura é, antes de mais nada, um produto da história — da sequência de acontecimentos e influências, determinados pelo homem, que se combinam através do tempo para criar o modo de vida que prevalece em uma determinada região. As culturas aborígenes da floresta amazônica adaptavam-se bem ao ambiente tropical, mas sua adaptação técnica era de forma tão simples que, para o europeu recém-chegado, apenas proporcionava meios para sobreviver ou de mera subsistência. Nos dois primeiros séculos de regime colonial, em que se formou um novo modo de vida no Vale Amazônico, os europeus pouco contribuíram para proporcionar o equipamento ou os métodos técnicos que aumentassem a capacidade do homem para arrancar do ambiente amazônico o suficiente para viver. Desde os seus primórdios, pouco tinha o Vale para atrair os europeus que para lá iam em busca de riquezas rápidas, como o fizeram os conquistadores espanhóis. Os poucos portugueses atraídos pela região, logo estabeleceram um sistema de escravatura, servindo-se dos nativos para colher os produtos naturais da floresta, que exportavam. Nem a efficientíssima técnica europeia, nem a organização social e a ideologia grandemente avançadas do Ocidente penetraram no Amazonas. Depois de 1500 a região continuou à margem do desenvolvimento nascente das novas sociedades coloniais do Novo Mundo, como nos tempos aborígenes se mantivera à margem dos centros de civilização complexa.

O sistema escravagista e a economia extrativa que haviam sido estabelecidos nos primeiros tempos coloniais pelos europeus, deixaram marca indelével na sociedade amazônica. Nota-se um sentimento de desprezo por todo e qualquer trabalho físico naquelas que não descendem de escravos, bem como a preferência pela mão-de-obra barata aos mecanismos que pouparam o trabalho humano. Também a classe dominante tem-se contentado com o sistema agrícola nativo, que apenas permite à população do Vale suprir

à sua existência com o produto da terra. Em vez de melhorar os métodos e técnicas agrícolas, seus esforços têm sido dirigidos no sentido de aumentar a produção dos produtos de extração. Não se pode modificar o que já passou; mas do estudo do passado torna-se evidente que a principal barreira para um melhor nível de vida para os habitantes do Vale Amazônico é a incapacidade do homem de orientar seus esforços na direção de seus próprios interesses. Fossem outros o equipamento técnico e a orientação da sociedade da Amazônia, e outra adaptação cultural e social talvez lá se tivesse criado.

Se, entretanto, as razões do atraso do Vale Amazônico são principalmente de natureza social e cultural, e portanto, determinadas pelo homem, então não há barreiras intransponíveis à capacidade do homem para planejar e controlar a direção de seu futuro desenvolvimento. Existem, evidentemente, numerosas limitações impostas pelo ambiente físico e pelo clima e, o que também é evidente, os problemas econômicos e sociais não podem ser resolvidos localmente, porque a região amazônica está intimamente ligada ao Brasil, como nação, e ao mundo exterior. Ainda assim, a transformação social, quer se manifeste como um reflexo das modificações ocorridas no cenário nacional e internacional, quer como o resultado de acontecimentos puramente locais, implica fundamentalmente em alterações na sociedade e na cultura da comunidade. E é neste plano, dentro da estrutura da pequena comunidade, que o antropólogo está mais apto a auxiliar o planejador social e o administrador, encarregados da execução de programas de saúde, de reformas agrícolas, de campanhas educativas e de outros esforços destinados a melhorar as condições econômicas e sociais.



3. o meio de vida nos trópicos

A maioria da população da região amazônica brasileira ganha a vida por meio de técnicas e métodos que há muito foram superados em outras regiões do Brasil e na maior parte do mundo ocidental. O homem contemporâneo da Amazônia compra artigos manufaturados nas fábricas modernas, viaja em vapores ou navios fluviais movidos a motor Diesel, conhece os grandes transatlânticos e aviões e depende dos caprichos de mercados distantes e de políticas governamentais; entretanto, grande parte dessa gente provê a sua subsistência com uma agricultura primitiva ou, mais propriamente, lavoura, com a caça e a pesca, com a extração dos produtos naturais da floresta ou com um pouco de tudo isto. Embora disponham de ferramentas, de umas poucas culturas novas e importem inúmeros alimentos e artigos, as colheitas e os métodos agrícolas básicos pouco mudaram desde os tempos dos abo-



4. as relações sociais em uma comunidade amazônica

I

Na pequena comunidade amazônica de Itá, como em todas as sociedades humanas, os homens são classificados de acordo com o seu prestígio. Em Itá a posição social depende de uma série de fatores, alguns dos quais se estabelecem pelo nascimento, tais como sexo, raça e posição da família, e, outros, como ocupação e educação, dependem de escolha e iniciativa próprias, embora também estejam condicionados às oportunidades favoráveis e à capacidade do indivíduo para as aproveitar⁽¹⁾. Sendo Itá uma comunidade pequena e isolada, a distância entre os indivíduos de maior e menor prestígio na escala social não é tão grande como nas grandes cidades ou nas sociedades de estrutura social mais aprimorada e complexa. Não obstante, o sistema de escalonamento social é um aspecto importante da vida de Itá.

Houve uma época em que foi maior a diferença entre os indivíduos da mais alta e da mais baixa posição social de Itá. (1) Cf. Ralph LINTON, *The Study of Man*, Nova York, 1936, pp. 113 e segs.

Nos primeiros séculos da história da cidade, os que nasciam de índios, ou com mistura de raça no sangue, na zona da "aldeia", traziam consigo o estigma de escravos herdado de seus pais. As criaturas nasciam escravas ou livres. Era raríssima a mobilidade vertical. Durante o surto da borracha a diferença econômica entre os ricos comerciantes de borracha e os miseráveis seringueiros determinou grandes diferenças sociais. Aquela época existia uma "aristocracia" em Itá. Famílias como a do barão de Itá orgulhavam-se de seus ancestrais portugueses. Mandavam educar os filhos nas grandes cidades do Brasil e da Europa. Possuíam ricas propriedades territoriais e participavam da vida social e política de toda a região amazônica. Viajavam freqüentemente para Belém e Manaus e recebiam visitantes de outras comunidades. Formavam a alta sociedade, ou a aristocracia. Na sua qualidade de comerciantes e donos de terras, controlavam a vida econômica e política da cidade, e ocupavam todos os cargos públicos da municipalidade. Pessoas, como o Coronel Filomeno César Andrade, rico comerciante que se mudou do Maranhão para Itá; Flaviano Flávio de Batista, dono de terras, intendente de Itá e líder político respeitado e acatado em Belém; e dr. Joaquim Nobre, o juiz, formado pela Escola de Direito do Pará, que mantinha a mulher legítima e uma filha em Belém e uma outra família em Itá, eram representantes típicos dessa classe. Os limites de classe eram mais rigorosamente mantidos nos tempos dos aristocratas, antes do colapso da borracha. Um membro da classe baixa não se sentava na presença de um desses *brancos*, como eram chamados. Nas festas havia sempre dois salões, um para a classe baixa e outro para a aristocracia. Era Itá, como na maioria das comunidades latino-americanas, a acentuada diferença de classe entre a aristocracia colonial e a população de origem indígena e escrava, subsistiu no século atual.

Hoje em dia, apenas alguns descendentes dessas famílias aristocratas vivem em Itá. E as poucas que restam são relativamente pobres, tendo perdido sua alta posição social. No fim do surto da borracha, mudaram-se, uma por uma, quase todas as famílias aristocratas. Seus prósperos filhos partiram para estudar em Belém ou no Sul do Brasil. Esses homens, como o médico judeu a que nos referimos anteriormente, nunca mais voltaram, depois de terminados os estudos, muito embora seus pais lá ficassem ainda por algum tempo. Atualmente, com exceção do médico sanitarista do SESF, não existe em Itá um único indivíduo com educação secundária completa. Das antigas e sólidas casas comerciais dos tempos da borracha, hoje resta apenas a Casa Gato. Das

famílias aristocráticas tradicionais (que ainda controlam grandes propriedades territoriais da Amazônia), da classe profissional, dos militares, dos dignitários da Igreja, dos grupos industriais e comerciais, dos líderes políticos — que, juntos, formam a classe mais alta, contemporânea, da região amazônica — não há qualquer representante na atual sociedade de Itá.

Itá, por conseguinte, dá ao forasteiro a impressão de uma sociedade homogênea de camponeses, de pessoas que pouco diferem umas das outras quanto à posição social. Em Belém, as pessoas das classes mais altas costumam classificar a gente de Itá, com exceção de uns poucos representantes do governo que lá trabalham, de caboclos. Os viajantes procedentes dos grandes centros, geralmente, visitam o médico do SESP, dona Dora, da Casa Gato, ou o prefeito, homem ainda jovem que antes pertencera à Marinha brasileira. A gente da cidade considera essas pessoas mais ou menos correspondentes à classe média das cidades. A gente de Belém, quando visita Itá, comenta às vezes a ausência da classe mais alta na cidade. Entre outras coisas, dizem que “o prefeito não é mais do que um caboclo”, ou se espantam da alta posição social de dona Dora que é mulata escura e cujo marido era negro. Entretanto, quando se vive em Itá e se participa de sua vida social, logo se percebe que aquela gente, dentro dos limites da comunidade propriamente dita, é muito sensível às diferenças de posição social. Realmente, os moradores da terra são absolutamente francos e categóricos a respeito das diferentes camadas sociais de sua comunidade.

Essas diferenças de posição social que hoje existem decorrem do sistema de classes da sociedade colonial da Amazônia, da antiga escravidão dos índios e dos escravos negros importados da África, e da ascendência social dos colonos portugueses. Refletem ainda a posição econômica e social dos vários grupos que atualmente vivem em Itá. Na sua forma mais simples, e segundo seus próprios hábitos, as camadas sociais de Itá são as seguintes, de acordo com o prestígio social:

1. *Gente de Primeira*, ou os “brancos”, que formam a classe local mais alta;
2. *Gente de Segunda*, ou os moradores urbanos da classe mais baixa;
3. *Gente de Sítio*, ou os que vivem nas propriedades agrícolas de terra firme; e

4. *Caboclos da Beira*, ou os que vivem em cabanas construídas sobre estacas, nos pântanos das baixadas e nas ilhas alagadiças, e que ganham a vida nas indústrias puramente extrativas.

Não se pode dizer que toda gente em Itá tenha plena consciência de cada uma dessas categorias. Assim como a gente da cidade tem uma tendência a considerar Itá uma sociedade homogênea de camponeses de aldeia, a *Gente de Primeira* de Itá também costuma classificar todos os que lhe ficam abaixo na escala social de “o povo” ou “caboclos”. Por sua vez, a *Gente de Segunda* da vila demonstra sua superioridade sobre toda a população rural, chamando-a de “caboclos”, termo que, entre os lavradores, é reservado aos seringueiros da ilha que consideram inferiores. E, finalmente, esses seringueiros se sentem ofendidos uando são chamados de “caboclos”, pois não fazem distinção entre si próprios e os lavradores⁽²⁾. O sistema de estratificação social de Itá varia, por conseguinte, de acordo com a posição social pela qual é encarado. E, como se tornará claro, as diferenças sócio-econômicas são maiores entre a *Gente de Primeira* e as outras três camadas inferiores. Entre a *Gente de Segunda*, os lavradores e os seringueiros da ilha, os limites de discriminação social não são tão claramente definidos: a mobilidade social se processa facilmente e as condições econômicas diferem menos do que entre esses três grupos e a *Gente de Primeira*. Portanto, em um certo sentido, talvez se possa classificar a sociedade de Itá em duas classes sociais apenas — a mais alta e a mais baixa; mas esta simples classificação dupla não expressaria fielmente as distinções sociais estabelecidas pela própria população.

Para as poucas pessoas que reivindicam algum parentesco com a velha aristocracia de Itá, como Manuel Serra Freire, o agente da coletoria estadual, e dona Branquinha, a professora, são poucos os que realmente pertencem aos “brancos” ou *Gente de Primeira*. Dona Branquinha só reconhecia como alta sociedade ou *Gente de Primeira* a família de dona Dora César Andrade. Nunca incluiria dona Deborah, viúva de um importante comerciante judeu, porque seu filho vive “amigado” com uma moça criada pela

(2) Os seringueiros da ilha empregam o termo “caboclo” para designar os índios de tribos que habitam as cabeceiras dos afluentes do Amazonas. O “caboclo” amazônico só existe, portanto, no conceito dos grupos de posição mais alta quando se referem às pessoas de posição mais baixa.

própria dona Branguinha. Para ela, hoje em dia, as danças não são festas, mas "orgias em que as moças de família se misturam com todo o mundo". Disse-nos o senhor Serra Freire que "antigamente os postos políticos só eram ocupados pela *Gente de Primeira*", e referiu-se à baixa origem do atual prefeito, como um sinal da decadência da sociedade de Itá. Não levava a família às solenidades públicas por não achá-las convenientes e, enquanto residimos em Itá, ele próprio nunca assistiu a qualquer reunião social promovida pelas pessoas da administração. Mesmo as pessoas das classes mais baixas reconhecem que são poucos os aristocratas de origem local que hoje ainda restam em Itá. Uma mulher da classe baixa disse-nos que "a única e verdadeira *Gente de Primeira* que hoje se encontra em Itá são os forasteiros". Com exceção de duas ou três famílias de comerciantes, o grupo considerado "branco" ou *Gente de Primeira* é constituído pelo prefeito, o chefe de polícia, os agentes da coletoria federal e estadual, os funcionários do sesp e suas respectivas famílias — todos administradores e funcionários públicos assalariados.

Entretanto, as linhas de divisão social entre a *Gente de Primeira* e os grupos inferiores, entre os "brancos" e o "povo", ainda são nitidamente definidas em Itá. Em 1942 a "linha" entre os dois grupos era ainda rigorosamente mantida. Durante as comemorações do dia do nascimento de um conhecido herói político da região, houve uma parada e fogos de artifício, acompanhados de discursos, a que todos assistiram, aparentemente sem distinção de classes. Mas à noite houve dois bailes; um, no salão público de danças, para o "povo". Ali os homens dançavam em mangas de camisa e, tanto os homens como as mulheres, dançavam descalços sobre o chão duro. Na residência do prefeito, que nessa ocasião era Benedito Levi, descendente de uma das famílias judias, houve danças e refrescos para os "brancos" — um grupo de cerca de trinta pessoas. Para essa festa dos "brancos" foram convidadas algumas moças solteiras de boa reputação, mas da *Gente de Segunda*. Uma dessas moças de *segunda* foi, com sua mãe, à festa da *Gente de Primeira*, de vestido e sandálias de baile, enquanto seu irmão dançava no pavilhão público. Um homem, aceito pela *Gente de Primeira*, foi à festa sem sua acompanhada, porque esta não era de *primeira*. Explicaram-nos que ele nunca legalizara seu casamento porque sua "amiga" não era "de boa família".

Em festas semelhantes realizadas em 1948, já essa "linha" entre a classe mais alta e as mais baixas parecia menos rígida. Para um baile oferecido em 1948 pelo prefeito, foram convidadas

muitas pessoas da *Gente de Segunda*; comentou-se muito, na ocasião, que o prefeito precisava de votos para a próxima eleição. A reintegração do Brasil no regime de eleições livres, depois de dez anos de ditadura, dava, de fato, ao eleitor, maior importância, fosse de que classe fosse. Muita gente da segunda classe, entretanto, não ia à festa do prefeito, apesar de convidada, porque "sentiam-se acanhados diante de tanta gente importante". Outros não iam, simplesmente, porque não possuíam sapatos e roupas apropriados e não tinham dinheiro para os comprar. Mas às pessoas da segunda classe que compareciam, fazia-se sentir sua posição inferior. Aos convidados da primeira classe ofereciam-se cadeiras, servia-se café, e convidava-se para beber cerveja na sala dos fundos, junto com o anfitrião. As pessoas da segunda classe não eram convidadas a sentar e eram servidas por último. Ouve-se ainda com frequência, em Itá, a expressão "meu branco", como sinal de respeito pela posição social e a gente da classe mais baixa sempre se levanta quando se dirige a um "branco", como dona Dera César Andrade e dona Branguinha. Entre a camada mais alta e as mais baixas são ainda bem definidas as linhas de discriminação social.

Entre as três classes mais baixas, entretanto, essa discriminação não é tão acentuada. Os lavradores, em geral, vivem na mesma margem do braço principal do Amazonas em que está localizada a cidade que visitam frequentemente. A gente da classe baixa que vive na cidade tem muitos amigos e parentes entre os lavradores da zona rural e comparece aos vários festejos oferecidos pelas irmandades religiosas dessa zona. Compreendem que não são muito diferentes dos lavradores — também são capazes de ganhar a vida, pelo menos em parte, com a lavoura. Contudo, os lavradores vivem isolados, tendo um padrão de vida mais baixo do que a gente de segunda classe da cidade. A gente da cidade tem uma certa vantagem sobre os lavradores: pode enviar os filhos à escola ou ao posto de saúde que fica à mão. Há, portanto, entre a gente de segunda classe da cidade, uma tendência generalizada a se considerar superior a seus amigos e parentes da zona rural.

Tanto a gente das classes inferiores da cidade como os lavradores, entretanto, têm um certo desprezo pelos *caboclos* que ganham a vida exclusivamente da extração da borracha e do coco. Muito embora, em anos de alta dos preços da borracha, os moradores da cidade e da zona rural se transfiram para as ilhas para extrair esse produto, são apenas residentes itinerantes dessas áreas isola-

das. Consideram-se diferentes dos que trabalham permanentemente na extração da borracha. Estes são os "matutos". Quando o seringueiro vai à cidade para assistir à festa de São Benedito ou Santo Antônio, veste a roupa branca, que de tão engomada "fica em pé sozinha". "Leva os sapatos, que muitas vezes não usa há dois anos, e agüenta a dor provocada pelos mesmos durante quase todo o primeiro dia, mas tira-os para dançar", diz do seringueiro a gente da cidade, divertindo-se a valer. "Quando dança, pisa no pé do parceiro. Ninguém gosta de dançar com os caboclos". No segundo dia, da festa "os pés do caboclo estão inchados—ele não está habituado a usar sapatos, nem a andar no chão duro;" (muito diferente da lama macia dos igapós). Como, aliás, em toda parte, o "matuto" é ridicularizado e os moradores da cidade e da zona rural de Itá acham ainda meio bárbaro o modo de vida da gente das ilhas e das áreas alagadiças. Referem-se aos numerosos "casamentos na ponta do revólver" realizados pelo chefe de polícia, entre os caboclos das ilhas, como sinal de seus baixos padrões de moral e de seu atraso. Os seringueiros participam tão pouco da vida social da cidade de Itá que nossos companheiros da cidade nunca foram capazes de nos dizer os nomes dos moradores das barracas situadas ao longo dos rios, nas áreas de extração da borracha da comunidade. Entretanto, conheciam de nome todos os habitantes isolados da zona rural da vizinhança. Mas os caboclos das ilhas não tratam a gente das classes mais baixas da cidade e do campo, com o mesmo excesso de respeito e cortesia que geralmente os grupos de nível inferior demonstram pela classe alta. "Eles (os seringueiros e lavradores) são menos civilizados", disse Juca, um cidadão da segunda classe, "porque vivem isolados e são pobres".

II

Os moradores de Itá classificaram mais ou menos um terço dos residentes da cidade de "brancos" ou *Gente de Primeira* e os restantes de *Gente de Segunda* ou a classe baixa da cidade. Numericamente, isto quer dizer que os habitantes da comunidade de Itá, inclusive sua zona rural, constituem uma população de menos de 10% da classe superior, e de cerca de 20% da classe mais baixa. O censo aproximado que realizamos na área da comunidade demonstrou que cerca de 60% da população era constituída por gente de sítio. Apenas uns 10% dos habitantes da comunidade

era de seringueiros, já que a grande maioria destes vive fora de sua área, na região das ilhas do município. Havia certa divergência de opiniões entre nossos diversos amigos de Itá quanto à posição social de alguns indivíduos dos degraus mais baixos da primeira classe. Manuel César Andrade, por exemplo, um rapaz da classe mais baixa, criado por dona Dora César Andrade, só foi classificado na primeira classe depois de muita hesitação por parte de várias pessoas. E, como já expusemos antes, algumas pessoas da primeira classe, como o senhor Serra Freire e dona Brankinha, reconhecem a muito poucos o direito de serem classificados como "verdadeira *Gente de Primeira*". De maneira geral, entretanto, nossos amigos de Itá estavam de acordo sobre quais as famílias da primeira classe e quais, por eliminação, as que pertenciam às classes mais baixas das áreas urbana e rural. Os habitantes de Itá basearam-se em critérios diversos para atribuir às pessoas sua legítima posição social, alguns dos quais estavam claramente definidos em suas mentes e outros que eram implicitamente aceites⁽³⁾.

Um desses critérios, explícito e importante, era o da ocupação profissional. Vários escritores referem-se a um chamado "complexo de fidalguia" existente no Brasil. O esforço físico, no século passado, era apanágio exclusivo da casta de peões-escravos e dos recém-alforriados e, mesmo depois da libertação, o trabalho braçal continuou a ser um símbolo de baixa posição social. À medida que as pessoas subiam na escala social, adotavam as atitudes dos antigos senhores de terras e donos de escravos e, ainda hoje, no Brasil contemporâneo, existe um sentimento de desprezo por qualquer forma de trabalho braçal. É um valor social aceito, não só pelos descendentes das famílias proprietárias de escravos, como também pelas camadas média e comercial das classes mais altas das cidades e pelos habitantes de inúmeras cidadeszinhas do interior do Brasil. Mesmo em Itá, uma pequena cidade

(3) Obtivemos esquemas pormenorizados sobre composição da família, sua renda, despesas de alimentação, sua ocupação, suas propriedades, etc., de cerca de 113 residências da comunidade de Itá. Esses esquemas proporcionam um quadro de mais de 30% de sua população total (calculada em 350 residências) que obedece à seguinte disposição: 17 residências da primeira classe, 55 da segunda classe, 31 do grupo de lavradores e 10 do grupo de seringueiros das ilhas. Dificuldades de transporte nos impediram de colher dados referentes à força numérica de ambos os grupos rurais no conjunto da população; entretanto, creio que nosso quadro, um tanto incompleto, dos dois grupos em questão, fornece boa indicação sobre as diferenças de padrão de vida entre os mesmos.

isolada do Vale do Amazonas, a ocupação de uma pessoa é indicada de sua classe social. E como a população de Itá não descende da fidalguia proprietária de escravos (na realidade, grande parte descende de escravos), a emancipação do trabalho braçal constitui um símbolo particularmente importante de alta posição social. Dos dezessete homens classificados na primeira classe no estudo das famílias que realizamos, nenhum exercitava trabalhos braçais; eram todos funcionários públicos ou comerciais. Esse grupo incluía o agente da coletoria estadual, o prefeito, o subprefeito e os proprietários de três casas comerciais. Embora suas esposas se ocupassem com trabalhos caseiros, a maioria tinha empregados domésticos. Em compensação, dos cinquenta e cinco homens da segunda classe incluídos em nosso estudo, com exceção de dois (escriturários da Prefeitura), todos ganhavam a vida com alguma forma de trabalho manual. Os poucos artesãos de Itá, como o sapateiro e os carpinteiros, eram incluídos na segunda classe. Mesmo a lavoura é considerada uma ocupação da classe baixa. Das dezessete famílias da primeira classe, apenas uma possuía uma roça de mandioca e, assim mesmo, fora plantada por lavradores assalariados.

O montante da renda de uma pessoa e seu padrão de vida também constituem um critério explícito com que a gente de Itá estabelece a classe social de um indivíduo. Todas as famílias incluídas na primeira classe tinham um atributo comum: negociavam com dinheiro. Todas possuíam uma renda relativamente fixa, proveniente de salários ou do comércio e, portanto, ou dispunham de dinheiro ou tinham crédito nas lojas da localidade. Segundo a definição grosseira de um homem da segunda classe: "Os 'brancos' são aqueles que têm um pouco (de dinheiro) guardado no baú. A diferença é que, quando eu quero um coco, tenho que subir na árvore e apanhá-lo eu mesmo, mas quando eles querem, pagam alguém para o fazer". Nosso estudo das rendas das famílias dá a idéia, comumente aceita em Itá, de que o dinheiro é um fator importante para a posição social. Na cidade, a renda média, em dinheiro, das dezessete famílias da primeira classe era de cerca de Cr\$ 1.597,10 por mês, enquanto que a das famílias da segunda classe era apenas Cr\$ 452,30⁽⁴⁾.

(4) A renda mensal das famílias da primeira classe variava entre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 5.000,00 e a das famílias da segunda classe entre uns parcos Cr\$ 50,00 e Cr\$ 1.700,00.

As famílias da primeira classe tinham casas melhores, vestiam-se e alimentavam-se melhor do que as da segunda classe. Sem exceção, todos os incluídos na primeira classe moravam em residências classificadas de casas, situadas na Rua "Primeira" ou na Rua "Segunda" e não em barracas de cobertura de palha, como o faziam 75 por cento das famílias da segunda classe. Nas casas das famílias de primeira a porcentagem era de 0,9 pessoas por quarto, enquanto havia 1,2 pessoas por quarto nas barracas da gente de Segunda. Na Amazônia brasileira o calçado constitui uma parte importante da indumentária, tanto do ponto de vista social como para proteção contra a verminose. Entre as famílias da primeira classe os homens possuíam em média, 3,3 pares de sapatos, enquanto os da segunda classe tinham apenas 1,8. As mulheres da primeira classe possuíam em média 3,6 pares de sapatos, e as da segunda classe, apenas 1,7. As habitações da primeira classe eram mais bem mobiliadas, continham mais cadeiras, mais roupa branca, utensílios de cozinha e aparelhos de louça e maior número de redes do que as da segunda classe. As poucas camas existentes em Itá pertenciam às casas das famílias da classe mais alta. Como em várias regiões isoladas, a máquina de costura é um artigo extremamente valioso, não só por sua contribuição à economia do lar, como pelo prestígio que dá ao seu proprietário. De todas as dezessete famílias da primeira classe, apenas três não possuíam máquina de costura, ao passo que, das cinquenta e cinco da segunda classe incluídas em nosso estudo, apenas onze possuíam uma.

Na cidade focalizada pelo nosso estudo, a média da despesa mensal das famílias da primeira classe, com alimentos e outras necessidades domésticas, era cerca de Cr\$ 926,20, enquanto que entre as da segunda classe era aproximadamente Cr\$ 207,20⁽⁵⁾. A diferença das despesas em dinheiro entre os dois grupos é com-pensada, entretanto, pelo fato de que muitas famílias da segunda classe possuem roças onde cultivam mandioca para fazer farinha e, às vezes, um pouco de milho⁽⁶⁾ e pelo fato de que muitos de seus homens se dedicam à pesca durante a estação seca. Contudo, essas fontes adicionais de alimentos mal dão para cobrir a grande diferença existente nas despesas básicas. Determinados alimentos

(5) As despesas das famílias da primeira classe variavam entre cerca de Cr\$ 455,00 e Cr\$ 2.609,50; as da segunda classe, entre uns míseros Cr\$ 55,00 e Cr\$ 900,00.

(6) Vinte e dois dos cinquenta e dois homens da segunda classe eram lavradores por profissão e dezesseis das suas cinquenta e cinco famílias possuíam roças para aumentar seus rendimentos.

nunca figuram nos orçamentos das famílias da segunda classe. As da primeira classe alimentavam-se de pão, manteiga de lata, e outros gêneros importados, tais como leite condensado, queijo e goiabada — que em uma família da segunda classe só eram comprados uma vez por ano, num aniversário ou alguma outra data comemorativa. As famílias da primeira classe também compravam mais feijão, arroz, carne seca, açúcar, café e outros gêneros que têm de ser adquiridos em um dos três armazéns de Itá. Conquanto o nível de vida das famílias de Itá seja baixo e insuficiente, mesmo na classe mais alta, as diferenças, tanto de renda como de despesas comuns, entre as classes mais altas e as mais baixas, dividem a cidade em dois grupos.

O nível de vida dos dois grupos rurais de lavradores e seringueiros das ilhas é mais difícil de avaliar, pois ambos dependem, para sua subsistência, quase exclusivamente de suas roças, da pesca e até mesmo da caça. Entretanto, a análise de suas rendas e despesas indica que o nível de vida que levam pouco difere da classe baixa das cidades. Uma família média de lavradores possuía uma renda mensal de cerca de Cr\$ 301,90, enquanto a renda média de algumas das famílias de seringueiros era cerca de Cr\$ 661,30 por mês. A renda mais alta do seringueiro provém da venda de produtos florestais, mas é contrabalançada pelas despesas mais elevadas que tem de fazer com alimentos e outras necessidades caseiras. As famílias de lavradores gastavam pouco mais de Cr\$ 485,20, com alimentos comprados e outras necessidades. Os seringueiros da ilha dedicam-se quase unicamente à colheita dos produtos naturais da floresta e, em sua maioria, não possuem nem ao menos uma roça de mandioca para prover à sua subsistência. Das dez famílias de seringueiros, para as quais organizamos um orçamento pormenorizado, apenas duas possuíam roças. Tais famílias têm de comprar até a farinha de mandioca que consomem.

Todas as famílias rurais da comunidade de Itá (tanto de lavradores, como de seringueiros) moram em barracas de palha. Dispõem de pouco menos espaço do que a classe baixa das cidades: 1,7 pessoas por quarto, entre o grupo de lavradores, e 1,5 entre o dos seringueiros. Além disso, a população rural possui menos sapatos e chinelos do que a classe baixa da cidade: os homens do grupo dos lavradores tinham em média 1,3 pares, cada um, e os seringueiros, 1,5 pares. As mulheres de lavradores tinham 1,7 pares de calçado e as dos seringueiros, 1,8. Das mulheres de lavradores, apenas cinco tinham máquinas de costura, mas de cada dez mulhe-

res de seringueiros, cujos rendimentos eram mais elevados, cinco as possuíam.

Essas estatísticas indicam que os dois grupos rurais têm um nível de vida ligeiramente mais baixo do que os grupos da classe baixa das cidades. A maior diferença de nível de vida, entretanto, é a que existe entre a classe baixa em geral (a *Gente de Segunda* da cidade e os lavradores e seringueiros da zona rural) e a classe mais alta, os "brancos" ou *Gente de Primeira*. A gente da classe baixa, tanto das cidades como dos campos, vive num regime quase de fome. Os gêneros comprados, como açúcar, café, sal, carne, fresca e seca, querosene, sabão e tabaco são consumidos com parcimônia e constituem, praticamente, um luxo. Em 1948, o dia por qualquer artigo manufaturado era extremamente dispendioso em relação a esse salário, bem como em relação aos preços alcançados pela farinha de mandioca, a borracha, as raízes de timbó, cocos e outros produtos que rendem dinheiro ou crédito para a população rural. Em consequência, a gente da classe baixa, geralmente, tem dívidas nas casas comerciais das localidades em que vivem.

III

Conquanto os dados estatísticos reflitam fielmente as divisões de classe da sociedade de Itá, os fatores, complexos e correlatos, que determinam um nível de vida e os problemas humanos que se têm de considerar, não podem ser simplesmente descritos por estatísticas. Na opinião do autor, os estudos-de-caso de três famílias escolhidas entre os estudos pormenorizados que fizemos dos orçamentos familiares descrevem muito melhor o modo de vida da gente de Itá. Essas famílias não eram as mais ricas ou as mais pobres de suas respectivas camadas econômico-sociais; foram selecionadas porque nos pareceram representar a média de cada grupo.

A primeira, que poderemos denominar de família "A", é de "brancos", ou *Gente de Primeira*. Mora na rua "Primeira", mas numa casa de adobe já meio em ruínas. A família é composta de um homem, sua mulher e três filhos pequenos — duas meninas e um menino ainda bebê. O pai é secretário da Prefeitura e ganha Cr\$ 1.500,00 por mês. Sua casa tem cinco cômodos: uma sala de visitas, dois quartos, uma sala de jantar e cozinha. Os banhos são tomados no rio próximo, e fora existe uma privada, instalada pelo serviço de Saúde Pública. A casa é de frente de

rua. Atrás há um quintal cercado, com vinte bananeiras, quinze pés de abacaxi, cinco coqueiros e outras árvores frutíferas. Além disso, a família cria umas vinte galinhas no quintal, mais pela carne do que pelos ovos.

De acordo com os padrões locais, a casa da família "A" é bem mobiliada, embora para um estranho pareça um pouco vazia. Tem seis cadeiras de madeira, três mesas, um armário de louças, quatro malas para guardar a roupa, dois lampiões de querosene e uma cama que raramente é usada⁽¹⁾. Como outras famílias de Itá, a família "A" dorme em redes que durante o dia são desarmadas e enroladas contra a parede. Marido e mulher dormem em um dos quartos de alcova, sem janelas, e as crianças dormem em um quarto pegado. A cozinha, que fica no fundo da casa, tem uma plataforma sobre a qual foi construído um fogão de fogo aberto. Os utensílios de cozinha consistem em quatro painéis de ferro fundido e vários potes de barro, de fabricação local. A sala de jantar, que tem a forma típica de uma varanda parcialmente aberta, dá para o quintal dos fundos. Nela não só se fazem as refeições como se desentrola praticamente toda a vida de família. Os amigos íntimos são recebidos na sala de jantar e não na sala de visitas, reservada para ocasiões mais cerimoniais e que fica na frente da casa. No armário de louças da sala de jantar há doze pratos, doze xicrinhas e seis xícaras com pires, para o café da manhã, quatro copos de vidro e dez facas, dez garfos e dez colheres.

Para Itá, a família "A" veste-se relativamente bem. O pai tem dois ternos de brim, confeccionados por um alfaiate itinerante que visita a cidade umas duas vezes por ano. Tem mais três pares de calças para o uso diário, cinco camisas, quatro gravatas, dois pares de sapatos e dois pares de sandálias abertas que usa sempre dentro de casa e, às vezes, mesmo na rua. Sua mulher tem quatro vestidos "bons" que ela reserva para as festas e a igreja. Tem mais quatro vestidos velhos e quatro pares de chinélos para o uso diário. Cada uma das crianças tem três "uniformes" — vestidos de algodão para as meninas e macacões de algodão para o menino pequeno — e um par de sapatos que só usam em ocasiões especiais.

Com exceção do pouco que cultiva no seu quintal, a família "A" compra tudo o que come. Como a maioria das famílias de Itá, mantêm uma conta em uma das quatro casas comerciais. São

(1) Em Itá, mesmo na classe mais alta, prefere-se a rede para dormir. A cama é um objeto que dá muito prestígio e, segundo nossos informantes, só é usada para as relações sexuais.

fregueses da Casa Gato onde gastam cerca de Cr\$ 1.000,00 por mês, com alimentos e outras necessidades. Grande parte dessa quantia é consumida por gêneros básicos, como farinha de mandioca, café, açúcar, carne fresca, peixe fresco e salgado, feijão e arroz. A família "A" (como outras famílias da *Gente de Primeira*) também compra pão para comer no café. E, freqüentemente, tem manteiga de lata, leite condensado, e doces, como goiabada e marmelada, que constituem a sobremesa mais comum em todo o Brasil. O marido fuma cigarros prontos e, vez ou outra, bebe uma garrafa de cerveja ou um trago de cachaca na Casa Gato. Sua conta é raramente saldada; apesar do marido ganhar salário fixo, o preço das roupas, dos fêmedios, os donativos para a igreja e uma ou outra festa a que comparecem, obrigam-nos a estarem sempre em dívida com a Casa Gato. Mas, em Itá, é considerado boa política permitir a um freguês com salário fixo conservar-se em dívida, pois isto o obriga a continuar a comprar de seu credor. Os empregados da Casa Gato são muito liberais com a família "A"; insistem sempre para que façam compras além de suas necessidades usuais. O modo de vida da família "A" não é confortável quando comparado com o das populações mais favorecidas do mundo, mas para Itá é uma família rica.

Nosso segundo exemplo, a família "B", é classificada na localidade como *Gente de Segunda*, ou classe baixa da cidade. Como a família "A", compõe-se de um homem, sua mulher e três filhos (duas meninas e um menino). Mas o filho mais velho, de doze anos de idade, auxilia na roça e representa uma ajuda econômica real para a família. A família "B" mora na rua "Terceira", em uma barraca de palha. O pai é um lavrador que trabalha por dia e ganha apenas de Cr\$ 250,00 a Cr\$ 300,00 por mês em dinheiro. Esta renda, entretanto, é acrescida com o produto (principalmente mandioca) de sua roça que ele planta em terras da Prefeitura e que cultiva com o auxílio da mulher e do filho. Além disso, durante os meses de verão, o senhor "B" pesca, tanto para suprir a própria despesa, como para vender. Nos anos em que sobe o preço da borracha, ele passa um mês ou mais colhendo borracha na região das ilhas do município. A família "B" também possui algumas galinhas (dez) e em seu quintal há bananeiras, mamoeiros e outras árvores frutíferas. Ao contrário da família "A", que vive quase exclusivamente do ordenado, a família "B" depende grandemente, para sua subsistência, da lavoura, da pesca e da extração da borracha.

O padrão de vida da família "B" é bem inferior ao da família "A". Sua barraca só tem três cômodos: quarto, sala de jantar e cozinha. Nela há uma mesa de jantar, dois bancos de madeira

e duas cadeiras de encosto para as visitas. Um caixote de madeira, com quatro pernas, serve para guardar os alimentos e a louça. Duas malas encerram as roupas da família e um único lampião de querosene fornece iluminação para toda a casa. A família só possui seis pratos, seis xícaras pequenas de café, com pires, seis colheres, duas facas, seis copos de vidro e algumas peças avulsas de louça. Cada membro da família tem sua rede, mas as crianças têm de dormir na sala de jantar. O marido tem um teno e dois pares de calças. Tem duas camisas, uma para o trabalho e outra para ocasiões formais. Sua mulher tem um vestido bom para ocasiões especiais e dois vestidos velhos para o uso diário. O marido, a mulher e o menino mais velho têm sapatos que são cuidadosamente guardados nas malas. No trabalho, andam descalços. As crianças mais novas só têm uma muda de roupa para todos os dias, e o mais velho tem mais um par de calças e uma camiseta nova para os dias de festa.

A família "B" também é freguesa da Casa Gato, mas como ela os empregados não insistem para que faça compras extraordinárias. Conquanto suas roças produzam bastante mandioca para fabricar farinha para o consumo próprio, ainda gastam, em média, cerca de Cr\$ 195,00 por mês com outros alimentos básicos, tais como carne fresca (de 2 a 4 quilos por mês), café, açúcar, arroz (de 2 a 3 quilos por mês), feijão (de 1 a 2 quilos por mês) e sal. Raramente consomem artigos de luxo, como leite condensado, doces, óleo de cozinha, pão e manteiga. Seu regime é extremamente frugal. Fazem uma única refeição completa por dia — e do meio-dia. A família vai para o trabalho ou para a escola todas as manhãs tendo tomado apenas uma pequena xícara de café e comido um punhado de farinha, que os sustenta até o meio-dia. O seu regime, como diz Josué de Castro, referindo-se à Amazônia em geral, é "parcimomoso, escasso, de espantosa sobriedade. O que um homem come durante um dia todo, não seria suficiente para uma refeição em outras regiões climáticas que leterminam outros hábitos"⁽⁸⁾. A família "B" é indiscutivelmente e subnutrida. As crianças têm o ventre inchado em consequência da verminose e todos os membros da família são frequentadores assíduos do posto de saúde. Três filhos do casal morreram ao nascer ou antes de atingir um ano de idade.

Como a maioria das famílias de Itá, a família "B" tem divisões. Embora sua renda exceda as despesas mensais normais, de vez em quando eles gostam de ostentar. Numa bebedeira que

tomou, o marido fez uma conta de Cr\$ 200,00, só de cachaca; em outra ocasião ele e sua mulher aceitaram o encargo de patrocinar uma festa de Nossa Senhora das Dores. A comida, a bebida e os foguetes para a festa lhes custaram mais de Cr\$ 400,00. Em 1947, conseguiram persuadir a Casa Gato a lhes conceder crédito para comprarem roupas novas para a festa de São Benedito. Por que estão sempre devendo e porque o marido gosta de ir amide a Casa Gato bater um papo, a família "B", em geral, compra pequenas quantidades: uma caixa de fósforos, uma meia garrafa de querosene, ou meio quilo de feijão. O nível de vida da classe baixa de Itá é praticamente o mínimo indispensável à subsistência.

Mas os grupos rurais de lavradores e seringueiros, a que antes nos referimos, vivem ainda em maior pobreza. Os problemas dessas populações rurais variam ligeiramente, de acordo com sua ocupação. O seringueiro que não possui uma roça para fornecer a farinha de mandioca necessária à sua família precisa comprar todos os alimentos. Os lavradores que têm pouca renda ou crédito nas casas comerciais dependem quase exclusivamente dos roçados, da caça e da pesca, para alimentarem os seus. O caso de uma família de lavradores servirá para ilustrar a parca existência da classe baixa dessa população rural. A família em questão, família "C", mora numa barraca em Jocojó. Compõe-se de quatro membros: um homem, sua mulher e dois filhos ainda muito pequenos para poderem ajudar na roça. Tanto o marido quanto a mulher trabalham no roçado, mas o trabalho mais pesado é executado pelo homem. Durante parte do ano o marido obtém alguma renda com a extração de borracha ou da raiz de timbó na floresta vizinha. Em 1947 ele teve um excedente de cerca de mil quilos de farinha de mandioca que rendeu para a família Cr\$ 1.600,00, quantia essa acrescida de mais Cr\$ 400,00 provenientes da extração da borracha. Foi essa a renda total, em dinheiro, da família.

Em sua barraca quase não existem móveis. A cozinha tem uma mesa e dois caixotes de madeira que lhes deu um comerciante. Um banco de madeira substitui as cadeiras. O homem e sua mulher guardam as poucas roupas que possuem em um baú de folha pintada⁽⁹⁾. A casa é iluminada por três pequenas lamparinas de querosene que produzem uma fumaça preta e pouco efeito tem sobre a escuridão. A mulher tem uma única caçarola de metal e duas panelas de barro, para cozinhar. Embora pos-

(8) Esse tipo de baú é usado em todo o Brasil rural, tanto para carregar objetos, como para esquite de crianças e recém-nascidos.